

## MJ-CGS-COORDENACAO GERAL DE LOGISTICA/DF

**Estudo Técnico Preliminar 27/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 08006.001040/2025-97

**2. Descrição da necessidade****2.1. Introdução**

2.1.1. Conforme previsto no artigo 11 da Instrução Normativa SGD/ME Nº 94, de 23 de Dezembro de 2022, a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares da Contratação serve essencialmente para definição e especificação das necessidades de negócio e tecnológicas, e dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC, contendo de forma detalhada, motivada e justificada, inclusive quanto à forma de cálculo, o quantitativo de bens e serviços necessários para a sua composição. A análise comparativa de soluções, deve considerar, além do aspecto econômico, os aspectos qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação.

2.1.2. É na elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares da Contratação que diversos aspectos devem ser levantados com maior profundidade para que os gestores se certifiquem de que através de uma necessidade da área de negócio, claramente definida, que há condições de atendê-la, tendo como premissa que os riscos de atendê-la são gerenciáveis e os resultados pretendidos com a contratação valem o preço estimado inicialmente, além de embasar a elaboração do Termo de Referência, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável.

2.1.3. A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica para a contratação de subscrição de softwares da Microsoft complementares (Produtividade e Segurança Avançada), pelo período de 12 (doze) meses, com vistas a atender as necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP em melhorias dos processos de gestão de reuniões, processos rotineiros administrativos, gestão de identidade e de usuários, bem como em melhoria contínua nos processos de segurança da informação, tais como auditorias, governança de dados, prevenção contra perda de dados (DLP) e gestão de segurança de uso de inteligência artificial.

**2.2. Motivação da Contratação**

2.2.1. O Ministério da Justiça e Segurança Pública vem celebrando contratos de Licenciamento de Software Microsoft ao longo dos últimos 6 anos, os quais têm viabilizado a atualização dos softwares desta plataforma tecnológica existentes na Instituição, tanto em licenciamentos de produtividade por número de usuários para os servidores, estagiários e colaboradores, utilizadas em estações de trabalho, notebooks e outros dispositivos, quanto em licenças por equipamento utilizadas nos servidores dos datacenters do órgão, permitindo a continuidade de negócio e o processo de modernização institucional com a incorporação de novas tecnologias de padrões abertos, alto nível de interoperabilidade e preservação de investimentos. Adicionalmente, a adoção de sistemas operacionais e aplicativos atualizados e mais estáveis demandam menos recursos para suporte e manutenção, além de garantir os processos de segurança da informação do Ministério.

2.2.2. O Órgão possui atualmente um parque computacional de equipamentos de informática diversificado, dividido em estações de trabalho (desktops), notebooks, tablets, workstations, equipamentos de rede e servidores de rede em dois datacenters, que sustentam a infraestrutura de TIC do Ministério.

2.2.3. Auxiliando internamente o parque tecnológico do Ministério da Justiça e Segurança Pública e nos serviços ofertados, o órgão possui uma família de produtos de software de produtividade e segurança de nível básico. Essa Solução é focada no trabalho colaborativo simultâneo a equipes de diversos tamanhos, e também na manutenção da segurança da informação. A Solução engloba serviços como Outlook, OneDrive, Microsoft Teams, Microsoft Planner, Power BI, programas anteriormente comercializados sob o nome Microsoft Office (incluindo aplicativos como Word, Excel e PowerPoint), Microsoft Defender for Endpoint (segurança) e serviços associados a esses produtos, tais como o Exchange Server e o SharePoint.

2.2.4. Em nível de datacenter, o Ministério utiliza diversas soluções licenciadas que sustentam parte da infraestrutura crítica do órgão, tais como o serviço de diretório, responsável pela autenticação de todos os usuários, plataformas de virtualização, sistemas operacionais (SO) e bancos de dados Microsoft SQL Server, além de toda a infraestrutura de rede para manter em funcionamento os sistemas locais (on-premise) do MJSP, tal qual, cita-se os ambientes de EAD da Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN/MJSP, da

Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/MJSP e da Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON/MJSP, o sistema MIM de gestão de usuários do MJSP, o sistema Agente de Campo (AGC) em utilização por agentes de segurança pública a nível nacional, sistema SISDEPEN de coleta de dados do sistema penitenciário brasileiro, sistema ORCRIM uma solução para cadastramento, busca e cruzamento de dados e informações de inteligência sobre organizações criminosas no Brasil, dentre outros.

2.2.5. Nesse sentido, é imprescindível que o MJSP possua subscrições e/ou garantia de atualização (Software Assurance – SA) ativos com a Microsoft. Tal medida corrobora com a gestão de riscos operacionais da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STI/SE/MJSP ao transferir parte dos riscos à fabricante do software, a qual se torna corresponsável pelo bom funcionamento da infraestrutura de TIC do Ministério, aumentando a qualidade dos serviços prestados. A aquisição em questão considera que não haverá grandes mudanças nas tecnologias envolvidas naquela aquisição (licenciamento microsoft básico) nos próximos anos, em virtude das possibilidades de prorrogações contratuais por até 10 anos (art. 106 da Lei 14.133/2021), fato que se mostra bastante plausível considerando-se o histórico de utilização dos produtos.

2.2.6. A solução atualmente instalada foi adquirida em 2025, através do Processo nº 08006.000780/2024-25, via Pregão Eletrônico número 900003/2025, o que resultou na assinatura do Termo de Contrato nº 09/2025 (SEI nº 34405652) com a empresa vencedora - Brasoftware - no dia 05/05/2025, com vigência de 12 meses, prorrogáveis até 10 anos.

### **2.3. Justificativa**

2.3.1. Com recente contratação de licenciamento Microsoft para atendimento das necessidades básicas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, tendo em vista a criticidade desta contratação para a continuidade das atividades do Ministério da Justiça, todas as licenças que não existiam no parque anteriormente contratadas foram deixadas para um segundo momento, visando um estudo aprofundado das necessidades complementares em termos de necessidade de segurança para a infraestrutura do Ministério, bem como das administrativas para os servidores e colaboradores do órgão.

2.3.2. A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica para a contratação de subscrição de softwares da Microsoft, complementares àquelas contratadas no processo SEI 08006.000780/2024-25 (produtividade básica e datacenter), com escopo em Produtividade e Segurança Avançada, pelo período de 12 (doze) meses, com vistas a atender as necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP em melhorias dos processos de segurança da informação, auditoria e conformidade, gestão de identidades, governança de dados, prevenção contra perda de dados, automação de processos e gestão de reuniões.

### **2.4. Contratação do Step-Up para o Microsoft 365 E7 e do Microsoft Teams Premium**

2.4.1. A presente contratação contempla a ampliação do licenciamento atualmente adotado no órgão, mediante licenciamento de Step-Up do Microsoft 365 E3 para o Microsoft 365 E7, bem como do licenciamento do Microsoft Teams Premium, em substituição à modelagem anteriormente segmentada em contratações distintas de produtividade avançada (processo SEI 08006.001040/2025-97) e segurança avançada (processo SEI 08006.001041/2025-31), decorrente de recente oferta de produto no mercado denominado M365 E7. O novo escopo consolida, em uma única solução corporativa, capacidades de produtividade, inteligência artificial, identidade, segurança, conformidade e governança, com preço global inferior à soma estimada dos processos anteriormente planejados, configurando alternativa tecnicamente adequada e economicamente mais vantajosa para a Administração, além de amplificar o escopo de proteção de segurança da informação do órgão, com os itens de licença adicionais inclusas no pacote do Microsoft 365 E7, a exemplo do Agent 365, que reforça a proteção de utilização de recursos de inteligência artificial de modo global e não somente do ecossistema Microsoft, com capacidade de detecção e governança sobre "shadow AI" em utilização no órgão sem a devida visibilidade das equipes de infraestrutura.

2.4.2. No modelo ofertado pela fabricante, o órgão migraria do atual modelo de licenciamento Microsoft 365 E3 para o Microsoft 365 E7, unificando em um único pacote, componentes avançados de produtividade, segurança, governança e inteligência artificial, incluindo o Microsoft 365 Copilot, recursos ampliados de Microsoft Defender, Microsoft Entra, Microsoft 365 E5 Compliance (Microsoft Purview Suite), Microsoft Teams Phone, Power BI Pro, Microsoft Intune Suite e mecanismos de governança para agentes de IA (Agent 365), promovendo ampliação expressiva das capacidades institucionais em ambiente corporativo integrado. A oferta inclui licenciamento adicional de serviços de segurança (Defender for Experts) e de videoconferência (Teams Rooms Pro). Completa a solução as licenças do Microsoft Teams Premium, para utilização de recursos avançados de teleconferência. Desta forma, as necessidades do órgãos outrora apresentadas em processos apartados estão sendo contempladas com uma solução técnica mais robusta em termos de recursos de segurança e produtividade, além de ser mais econômica, à medida que o custo integrado é menor do que as soluções segmentadas, além de ampliar os recursos para todo o ambiente de usuários do MJSP.

2.4.3. Essa composição possibilita a evolução do ecossistema Microsoft já adotado pelo órgão a partir da base de licenciamento Microsoft 365 E3 existente, sem descaracterização dos investimentos previamente realizados, promovendo a transição para um conjunto mais abrangente de funcionalidades por meio de arranjo contratual integrado e aderente à estratégia institucional de transformação digital.

2.4.4. A estratégia de contratação unificada reduz fragmentação de escopo, sobreposição de itens e complexidade administrativa, ao substituir aquisições paralelas por uma solução única com maior interoperabilidade entre os componentes de produtividade, segurança, identidade, conformidade e colaboração. Tal abordagem favorece padronização tecnológica, simplificação da gestão contratual, maior previsibilidade de custos e redução de riscos de integração entre soluções adquiridas isoladamente.

2.4.5. Sob a perspectiva de segurança da informação, o Microsoft 365 E7 reforça o ambiente institucional com capacidades ampliadas de controle de identidades, acesso seguro, proteção contra phishing e ransomware, segurança de dispositivos e aplicações, monitoramento de identidades, proteção de aplicações SaaS, controle de informações sensíveis, classificação e rotulagem de dados, auditoria de

conformidade, e-discovery e gestão de riscos internos, em alinhamento com diretrizes de segurança cibernética, proteção de dados e governança de TIC aplicáveis à Administração Pública Federal.

2.4.6. A inclusão de recursos avançados de identidade e governança no pacote fortalece especialmente a gestão de identidades e acessos, com funcionalidades voltadas à autenticação robusta, acesso condicional, governança de identidade, monitoramento de credenciais e administração do ciclo de vida de acessos. Tais mecanismos contribuem para a aplicação do princípio do menor privilégio, redução de acessos indevidos e aprimoramento das trilhas de auditoria e supervisão institucional sobre contas, perfis e permissões.

2.4.7. A inclusão nativa do Microsoft 365 Copilot no pacote E7 deve ser compreendida como componente transversal da plataforma corporativa, e não como benefício individual dissociado das necessidades institucionais. Sua disponibilização em escala possibilita padronização de capacidades de apoio à produção de documentos, análise de informações, organização de reuniões, tratamento de comunicações e automação de tarefas, evitando ilhas de produtividade restritas a grupos específicos e permitindo governança centralizada sobre o uso de inteligência artificial em ambiente corporativo seguro e integrado.

2.4.8. Sob o prisma do interesse público, a disponibilização ampliada dos recursos de inteligência artificial justifica-se não por uso indistinto ou irrestrito, mas pela constituição de uma capacidade institucional compartilhada, apta a elevar eficiência administrativa, reduzir tempo de execução de atividades repetitivas, apoiar a elaboração de documentos e análises e promover maior uniformidade operacional entre unidades. A utilização efetiva desses recursos poderá observar políticas internas de priorização, perfis de uso, governança e monitoramento de benefícios, de modo a assegurar aderência à finalidade pública e racionalidade na gestão do licenciamento.

2.4.9. A contratação complementar do Microsoft Teams Premium agrega funcionalidades avançadas para reuniões, eventos e comunicações institucionais, com recursos de proteção e confidencialidade, tais como controles aprimorados de gravação, marca d'água, experiências avançadas de webinar, recursos inteligentes de tradução simultânea, fortalecendo a qualidade, a segurança e a eficiência das interações institucionais em ambiente colaborativo oficial, principalmente para os responsáveis pela gestão de comitês formais institucionais.

2.4.10. Integrado à oferta do novo produto M365 E7, foram ainda disponibilizados recursos de segurança e produtividade adicionais, tais como os componentes Microsoft Defender for Experts (serviço de segurança avançada 24/7) e Microsoft Teams Rooms Pro (licenciamento para salas e equipamentos de videoconferência), os quais agregam valor funcional relevante à solução sem elevação do preço global da contratação. Tal circunstância reforça a vantajosidade técnica e econômica da nova modelagem proposta, uma vez que incorpora capacidades adicionais especializadas de segurança e produtividade, sem onerar a Administração, caso os itens fossem adquiridos de forma separada.

2.4.11. O Microsoft Defender Experts acrescenta à solução institucional serviços especializados de apoio à operação de segurança, com atuação orientada à investigação, caça a ameaças, contextualização de incidentes e apoio à resposta, contribuindo para redução de fadiga operacional das equipes internas, maior capacidade de detecção e tratamento de eventos complexos e fortalecimento do centro de operações de segurança do órgão.

2.4.12. O Microsoft Teams Rooms Pro, por sua vez, amplia as capacidades de colaboração institucional em ambientes de reunião híbrida, reunindo funcionalidades de experiência avançada em sala e recursos corporativos de gerenciamento, monitoramento e segurança dos dispositivos de videoconferência. Entre os benefícios associados estão a gestão remota de dispositivos, políticas de acesso, monitoramento em tempo real, recursos avançados de áudio e vídeo, suporte multitelas e maior confiabilidade operacional dos ambientes de reunião.

2.4.13. A adoção conjunta do Microsoft 365 E7, do Microsoft Teams Premium, do Microsoft Defender Experts e do Microsoft Teams Rooms Pro amplia as capacidades de proteção, conformidade, colaboração, gestão operacional e produtividade do ambiente corporativo, em solução integrada e suportada oficialmente pela fabricante, contribuindo para mitigação de riscos operacionais e de segurança da informação, fortalecimento da governança digital e sustentação das estratégias institucionais de modernização tecnológica.

## **2.5. Continuidade e Planejamento Contratual**

2.5.1. A solução de licenciamento atualmente em uso possui histórico de adoção consolidado no órgão e integra a infraestrutura crítica de TIC institucional. A ampliação do escopo por meio de Step-Up M365 E3 para M365 E7 e do Teams Premium preserva a base tecnológica existente, assegura continuidade operacional, reduz impactos de transição e permite evolução controlada do ambiente, sem ruptura com os serviços atualmente prestados.

2.5.2. Considera-se, para fins desta contratação, a estabilidade da plataforma Microsoft 365 no horizonte contratual pretendido, bem como sua relevância estratégica para sustentação das atividades finalísticas e administrativas do órgão, com acentuada elevação dos recursos de segurança da informação, necessários ao resguardo do patrimônio de dados do órgão. A manutenção de subscrições ativas, atualizadas e com suporte oficial do fabricante favorece previsibilidade operacional, planejamento tecnológico de médio e longo prazo e eventual prorrogação contratual, nos termos da legislação aplicável.

## **2.6. Visão geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública e seus objetivos estratégicos**

2.6.1. O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP é um órgão da Administração Pública Federal direta que tem entre suas competências a defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais; a coordenação do Sistema Único de

Segurança Pública; e a defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor. O MJSP atua também no combate ao tráfico de drogas e crimes conexos, inclusive por meio da recuperação de ativos que financiem essas atividades criminosas ou dela resultem, bem como na prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

2.6.2. Conforme o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, o MJSP dispõe da seguinte estrutura regimental:

- a) Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro:** Gabinete do Ministro, Assessorias Especiais, Corregedoria- Geral, Ouvidoria-Geral, Secretaria Executiva e Consultoria Jurídica;
- b) Órgãos específicos singulares:** Secretaria Nacional de Justiça - SENAJUS, Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - SENAD, Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN, Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos - SAL, Secretaria de Acesso à Justiça - SAJU, Secretaria de Direitos Digitais - SEDIGI, Polícia Federal - PF e Polícia Rodoviária Federal - PRF;
- c) Órgãos colegiados:** Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - CFDD, Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual - CNPCP, Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNCP, Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - CNSP, Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - CFNSP, Conselho Nacional de Imigração - CNI e Comitê Nacional para os Refugiados;
- d) Entidade vinculada:** Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

2.6.3. A estrutura regimental do MJSP possui diversas áreas de atuação que merecem tratamento diferenciado em razão de suas especificidades, tanto do ponto de vista de suas dimensões, quanto ao grau de sensibilidade e sigilo que essas áreas necessitam para o desempenho de suas atividades. Desta forma, a contratação visa também garantir as especificidades de cada Secretaria, bem como, manter a continuidade de negócio operacional das áreas finalísticas do MJSP.

2.6.4. Para que todos os órgãos da estrutura do Ministério possam atuar de maneira eficiente e eficaz, e com os recursos necessários para o pleno desenvolvimento de suas atividades, garantindo a gestão eficiente dos recursos, são necessários ferramentas tecnológicas que sejam capazes de gerar valor e entregar as informações necessárias, de forma a permitir a produção de conhecimento útil e tempestivo à tomada de decisão, seja em nível estratégico, tático ou operacional.

2.7. Alinhamento com o Plano de Contratações Anual de 2026

2.7.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026 - MJSP, conforme tabela a seguir, bem como pode ser consultado através do link do PNCP (<https://pncp.gov.br/app/pca/00394494000136/2026/27>):

Id do item no PCA	Classe/Grupo	DFD nº	Identificador da Futura Contratação	Valor previsto da Contratação
85/26	182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	04/2026	200005-103/2026	R\$ 3.550.000,00
86/26	182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	05/2026	200005-102/2026	R\$ 7.200.000,00

Tabela 1: informações do alinhamento ao PCA 2026 - MJSP.

2.8. Alinhamento com Estratégias de Governo

2.8.1. De acordo com o Planejamento Estratégico Institucional 2024-2027 (PEI 2024-2027), o MJSP possui os seguintes objetivos estratégicos, entre outros:

- Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão, inclusive os digitais e os dados pessoais (OE. PEI.02);
- Otimizar e consolidar a gestão e a governança institucional (OE.PEI.10);
- Potencializar e aprimorar a estrutura e os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (OE.PEI.11).

2.8.2. A Estratégia Federal de Governo Digital 2024-2027 (EFGD 2024-2027), formalizada pelo Decreto 12.198/2024 e Portaria SGD/MGI nº 6.618/2024, está organizada em princípios, objetivos e iniciativas que nortearão a transformação do governo por meio do uso de tecnologias digitais e estabelece entre seus objetivos:

- Prover serviços públicos digitais personalizados, simples, de forma proativa e centrados no cidadão (EFGD. 01);
- Aperfeiçoar a governança de dados e a interoperabilidade (EFGD.03);
- Fomentar o uso inteligente de dados pelos órgãos do governo (EFGD.06);
- Desenvolver habilidades digitais dos servidores (EFGD.08);
- Elevar a maturidade e a resiliência dos órgãos e das entidades em termos de privacidade e segurança da informação (EFGD.09);
- Fortalecer a privacidade e a segurança dos dados dos cidadãos (EFGD.10);

- Promover a participação digital nas políticas públicas e serviços digitais (EFGD.13);
- Otimizar a oferta de infraestrutura compartilhada de tecnologia da informação e comunicação (EFGD.14);
- Aprimorar os processos de negócio da gestão pública (EFGD.15).

2.8.3. O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2024-2027 – PDTIC 2024-2027 (SEI nº 34037982), aprovado pelo Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação – CGDSIC do MJSP em sua 11ª reunião ordinária (SEI nº 34037984), traz o planejamento de TIC desenvolvido nos níveis estratégico e tático entre a área de TIC e as áreas finalísticas do órgão, alinhado aos objetivos estratégicos do PEI 2024-2027 do MJSP, de forma a orientar a aplicação dos recursos disponíveis de TIC com racionalidade, sustentabilidade, flexibilidade, agilidade e eficiência.

2.8.4. O PDTIC 2024-2027 possui abrangência aos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública e aos órgãos específicos singulares, à exceção de Polícia Federal – PF, Polícia Rodoviária Federal – PRF, Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e Agência Nacional de Proteção de Dados – ANPD, que possuem PDTIC próprios.

2.8.5. Entre as diretrizes estabelecidas no PDTIC 2024-2027 está o fortalecimento e ampliação da estrutura e serviços de TI, por meio de investimento em recursos de TIC, visando o aumento da produtividade e a otimização dos recursos humanos utilizando inteligência artificial. Nesse sentido, a Subsecretaria de Tecnologia da Informação - STI levantou as necessidades de TIC das áreas finalísticas e está desenvolvendo diversas ações e realizando contratações públicas para que todas as necessidades constantes no Plano de Metas e Ações do PDTIC 2024-2027 sejam atendidas, bem como do próprio Planejamento Estratégico do Ministério.

2.9. Natureza dos Bens / Serviços

2.9.1. O objeto enquadra-se como bens e serviços comuns, conforme Art. 6º, incisos XIII (comuns) e XLI (pregão) da Lei nº 14.133/2021, por apresentar padrões de desempenho e qualidade definíveis por edital com especificações usuais de mercado.

Art. 6º (...)  
XIII- bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado; (...)  
XLI- pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto".

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Segurança de Tecnologia da Informação e Comunicação	Rodrigo Albernaz Bezerra

4. Necessidades de Negócio

4.1. Conforme previsto no Art. 11, Inciso I da IN SGD/ME nº 94, o Estudo Técnico Preliminar da Contratação deve definir e especificar as necessidades de negócio e tecnológicas, e os requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC, contendo de forma detalhada, motivada e justificada, inclusive quanto à forma de cálculo, o quantitativo de bens e serviços necessários para a sua composição.

4.2. Em função disso, é inegável que a atual situação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, carece de atenção frente à missão institucional a ser cumprida, por meio de seus objetivos estratégicos. Um órgão que possui dimensões consideráveis, bem como competências diretamente relacionadas ao combate ao tráfico de drogas e crimes conexos, corrupção, crime organizado e crimes violentos, lavagem de dinheiro, defesa do consumidor, entre outros, deve evitar, tratar ou mitigar todos os riscos que possam impactar de alguma forma no desempenho de suas atividades fim. Ademais, é de amplo conhecimento a necessidade do Governo e de seus executores de políticas públicas, de dispor de soluções de gestão completas e seguras, aptas a oferecer altos níveis de confiabilidade na geração e análise de informações, permitindo assim, soluções rápidas e ações eficientes para a tomada de decisão.

4.3. Neste sentido, para garantir a continuidade das operações de TIC e apoiar a melhoria dos processos administrativos e de segurança da informação, o MJSP identificou as seguintes necessidades de negócio:

1. Garantir a conformidade com requisitos legais, normativos e regulatórios aplicáveis à segurança da informação, proteção de dados e governança de TIC no âmbito da Administração Pública Federal;
2. Apoiar a prestação de serviços de TIC de forma alinhada às necessidades das áreas de negócio e dos usuários do MJSP, por meio de mecanismos seguros e padronizados de autenticação e controle de acesso;
3. Aperfeiçoar a gestão e a governança dos serviços de TIC, com maior visibilidade, controle e rastreabilidade sobre identidades, acessos e eventos de segurança;

4. Aprimorar a segurança da informação em TIC, fortalecendo os mecanismos de proteção de identidades digitais contra acessos não autorizados e comprometimento de credenciais;
5. Disponibilizar ferramentas de segurança cibernética que permitam monitoramento contínuo, detecção de eventos suspeitos e resposta mais ágil a incidentes relacionados a identidades e acessos;
6. Garantir a continuidade e a disponibilidade dos serviços de TIC, reduzindo riscos operacionais decorrentes de falhas de autenticação, indisponibilidade de serviços de diretório ou incidentes de segurança;
7. Assegurar a efetividade do gerenciamento de identidades, credenciais e direitos de acesso, por meio de uma plataforma mais robusta, integrada e alinhada às boas práticas de mercado em gestão de identidades e acessos (IAM);
8. Aumento da produtividade dos usuários, disponibilizando ferramentas de inteligência artificial para otimização de processos;
9. Melhorar comunicação, colaboração entre equipes, videoconferências avançadas (com tradução em tempo real) e processos de reuniões presenciais/virtuais.

4.4. Desta forma, para cumprir sua missão, o Ministério da Justiça e Segurança Pública mantém diversos sistemas informatizados, sendo fundamental garantir o adequado funcionamento da infraestrutura de TI que os suporta. Os softwares tratados nesta aquisição serão utilizados nos ambientes de infraestrutura de TIC do MJSP, bem como nas estações de trabalho dos servidores e colaboradores para fins de incremento de produtividade e atividades administrativas, e em equipamentos de videoconferência. O adequado funcionamento desses softwares é essencial para a qualidade dos serviços prestados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública internamente e à sociedade.

4.5. Por todo o exposto, conclui-se que o adequado licenciamento, manutenção e atualização dos softwares tratados nesta aquisição são fundamentais para a continuidade das atividades de negócio deste Ministério.

## 5. Necessidades Tecnológicas

5.1. Para atender às necessidades de negócio descritas, o MJSP necessita de soluções tecnológicas específicas que permitam a modernização e o fortalecimento de sua infraestrutura de TIC do órgão. As necessidades tecnológicas identificadas incluem:

1. Todos os produtos contratados devem permitir a atualização para novas versões que forem disponibilizadas, bem como incorporar benefícios do avanço tecnológico aos usuários;
2. Suporte à manutenção de contas de correio institucionais e contas de recursos (salas de reunião, etc.), sem custos adicionais de licenciamento, além daqueles já aplicáveis aos usuários pessoais;
3. Ferramentas de segurança, compartilhamento e intercâmbio de arquivos;
4. Disponibilizar aplicações tanto em ambiente local como web;
5. Proporcionar experiências de reunião avançadas com funcionalidades de chamada avançada e um hub único para reuniões, chat, conteúdo e chamada;
6. Gerenciar o trabalho com eficiência entre indivíduos, equipes e organizações;
7. Detectar e investigar ameaças avançadas em ambientes locais e de nuvem;
8. Gerenciamento de inventário de hardware, software e solução centralizada de atualização de aplicativos em estações de trabalho;
9. Recursos de segurança avançados para proteger os dados e informações da PF contra ameaças cibernéticas;
10. Gerenciamento eficiente de usuários e dispositivos;
11. Suporte para dispositivos móveis e acesso remoto para usuários que trabalham em home office;
12. Atualizações regulares de softwares e patches de segurança para garantir a segurança e estabilidade do ambiente computacional;
13. Proteger o MJSP contra ações mal-intencionadas com inteligência e de forma adaptável.

5.2. Além do exposto acima, são necessidades tecnológicas da contratação que as renovações de garantia de atualização e as subscrições a serem incorporadas pela aquisição devem assegurar licenciamento dos softwares nas versões mais recentes, além de serem disponibilizadas ao MJSP diretamente pela fabricante. Atualizações nos softwares, de melhoria ou para correções, deverão ser facilitadas durante todo o período de vigência contratual também a partir de repositório oficial da fabricante de modo a assegurar que os produtos não estejam comprometidos por vulnerabilidades, códigos ou rotinas maliciosas introduzidas por terceiros.

5.3. Por fim, a referida contratação deve seguir os padrões de contratação de software adotados na Estratégia de Uso de Software e de Serviços de Computação em Nuvem do MJSP (SEI nº 34037987) aprovada na 6ª Reunião Extraordinária do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação, realizada em 12/12/2024, ao adotar modelo de contratação de software por subscrição.

## 6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. Além das necessidades de negócio e tecnológicas, os requisitos para a escolha das soluções de TIC devem considerar outros critérios, dentre eles técnicos, funcionais e operacionais para garantir que as soluções adquiridas atendam plenamente às necessidades do MJSP.

6.2. Neste sentido, foram identificados como requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC:

### 6.2.1. Requisitos Gerais

6.2.1.1. As licenças do Microsoft M365 E7 preferencialmente precisam coincidir com a vigência das licenças base do Office 365, que expiram em 01/06/2026 (Contrato nº 09/2025 - MJSP) ou, em caso de prorrogações do referido contrato, estar aderente aos prazos de vigência das prorrogações. Considerando que, nas datas de vigência do Contrato nº 09/2025 haverá número de meses menor do que 12, e que o licenciamento das licenças Microsoft precisa ocorrer em múltiplos de 12 meses, definiu-se o prazo de vigência máximo das licenças em 12 meses para esta contratação. No entanto, o valor a ser efetivamente pago será aquele compreendido entre o momento do recebimento das licenças e o final da vigência do Contrato nº 09/2025. Durante o processo de contratação, será buscado o alinhamento de datas dos contratos para manter o sincronismo das licenças a serem contratadas.

6.2.1.2. O licenciamento será realizado mediante modelo de subscrição, por ser mais econômico, seguir a Estratégia de Uso de Software e de Serviços de Computação em Nuvem do Ministério, e por ser o único que provê todas as funcionalidades necessárias ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, por prover maior segurança, vez que é continuamente atualizada.

6.2.1.3. As especificações técnicas, quantidades e demais condições essenciais ao cumprimento do objeto serão estabelecidas no termo de referência e no edital de contratação.

## **6.2.2. Requisitos Técnicos**

6.2.2.1. Compatibilidade: As soluções devem ser compatíveis com a infraestrutura existente do MJSP;

6.2.2.2. Segurança: Devem oferecer recursos avançados de segurança, como criptografia, controle de acesso, e capacidade de resposta a incidentes;

6.2.2.3. Suporte a Atualizações: Devem incluir suporte a atualizações regulares para garantir a continuidade e a segurança das operações;

6.2.2.4. Desempenho: Devem proporcionar alta performance e confiabilidade para suportar operações críticas.

## **6.2.3. Requisitos Funcionais**

6.2.3.1. Custo-Benefício: Análise de custo-benefício que considere não apenas o custo inicial, mas também os custos operacionais e de manutenção ao longo do tempo.

6.2.3.2. Implementação: Facilidade e rapidez na implementação para minimizar o impacto nas operações da ANPD.

6.2.3.3. Conformidade: Garantia de que as soluções estejam em conformidade com as políticas e regulamentos internos e externos, incluindo as exigências da LGPD.

## **6.2.4. Requisitos Segurança**

6.2.4.1. Atendimento à legislação pertinente a Segurança da Informação, principalmente à Instrução Normativa GSI /PR nº 3, de 28 de maio de 2021, que disciplina a gestão de segurança da Informação nos órgãos e Entidades da Administração Pública Federal, bem como ao Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, além da Norma Complementar 14/IN01/DSIC/GSIPR, que estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades relacionados à Segurança da Informação (SI) para o tratamento da informação em ambiente de Computação em Nuvem e à Política de Segurança da Informação do MJSP, conforme Portaria MJSP nº 2/2022 (Portaria de Governança do MJSP).

## **6.2.5. Requisitos Temporais**

6.2.5.1. A reunião de alinhamento deverá ocorrer após a assinatura do contrato e ser executada em, no máximo, 5 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato.

## **6.2.6. Requisitos de Metodologia de Trabalho**

6.2.6.1. A CONTRATADA deverá registrar o chamado informando à CONTRATANTE seu número de registro, permitindo desta forma o acompanhamento do chamado.

## **6.2.7. Requisitos Legais**

6.2.7.1. A demanda ora apresentada deve estar em conformidade com a legislação federal e normas internas (Decreto-Lei 200/67; Lei nº 14.133/21; Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022; Plano Plurianual - PPA, Planejamento Estratégico Institucional – PEI 2024-2027 MJSP e Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC 2024-2027 MJSP).

## **6.2.8. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

6.2.8.1. Aplicação, no que couber, da Instrução Normativa SLTI nº 02, de 19 de agosto de 2020 que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

### **6.2.9. Condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado**

6.2.9.1. O presente processo de contratação foi criado para complementar a utilização de licenciamento Microsoft amplamente utilizado pelos servidores, estagiários e colaboradores do MJSP, bem como nos equipamentos de datacenters do órgão. Neste caso, a aquisição prevê atendimento, conforme necessidade e demanda do MJSP, através de emissão de ordens de serviço.

6.2.9.2. No quesito de condições de aquisição, este processo prevê de maneira geral a modernização das licenças disponíveis e segue o padrão de mercado. Foi adotado licenciamento de solução de tecnologia da informação e comunicação de assinatura por subscrição por um período pré-estabelecido baseado na modalidade EAS (*Enterprise Subscription Agreement*). Esta prática também está aderente às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.

6.2.9.3. Em termos de condições de pagamento, este processo adotou as práticas de mercado apresentadas pelos fornecedores, bem como adotou o rigor legal necessário para contratações inerentes de governo, conforme será detalhado no capítulo "Condições de medição e pagamento" do Termo de Referência.

6.2.9.4. Por fim, foi especificado para esta contratação padrões de SLA e garantia de serviços praticados pelo mercado.

### **6.2.10. Dependência Tecnológica e Monopolização de Mercado**

6.2.10.1. A Instrução Normativa SGD nº 94/2022, em seu Anexo I, subitem 1.4.1, estabelece que os órgãos da administração pública devem adotar medidas para evitar a dependência tecnológica e a monopolização de mercado. Essas diretrizes visam fomentar a diversificação de fornecedores e a utilização de soluções tecnológicas que garantam maior competitividade, interoperabilidade e inovação. Contudo, essa orientação apresenta desafios significativos para órgãos que já possuem forte dependência de plataformas amplamente utilizadas, como os softwares da Microsoft, devido à sua ampla adoção e integração nos fluxos de trabalho institucionais.

6.2.10.2. No caso de órgãos que utilizam extensivamente os softwares da Microsoft, como o sistema operacional Windows (tanto desktop quanto servidores), pacote Office 365 e ferramentas corporativas como o SharePoint e o Teams, a substituição por alternativas equivalentes requeria uma transformação profunda na infraestrutura tecnológica e nos processos operacionais. Além disso, a capacitação de servidores públicos para operar em novos sistemas e a migração de dados legados representam custos e riscos elevados, especialmente em contextos onde a continuidade do serviço público não pode ser comprometida. Assim, enquanto a dependência tecnológica é uma preocupação válida, a transição para outras soluções no curto prazo se apresenta como inviável para muitos órgãos.

6.2.10.3. Diante desse cenário, a contratação de licenciamento adicional para ferramentas da Microsoft, embora contrária ao princípio de diversificação recomendado pela Instrução Normativa, é atualmente indispensável para garantir a melhoria contínua das atividades administrativas, da gestão de usuários e dos processos de segurança da informação. No entanto, é fundamental que o órgão desenvolva um plano estratégico de longo prazo que contemple estudos para a diversificação de fornecedores e a adoção progressiva de soluções tecnológicas abertas ou interoperáveis, principalmente em frentes de atuação ainda não consolidadas pelo uso das soluções da Microsoft. Essa abordagem permitirá o alinhamento gradual às diretrizes normativas, minimizando os riscos e os impactos associados à transição tecnológica. Alguns processos de contratação concluídos em 2024 e 2025 já implementam esse plano estratégico, tais como soluções de licenciamento da Red Hat (Processo SEI 08006.000588/2023-58) e soluções de licenciamento ELK - Elastic Stack (Processo SEI 08006.000602/2023-13).

## **7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços**

7.1. O ritmo das mudanças no cenário globalizado e altamente digitalizado exige das organizações públicas maior flexibilidade para inovar e prestar serviços de TIC de forma ágil, integrada e eficiente. Isso posto, a STI vem observando nos últimos anos um crescimento das demandas dos diversos órgãos integrantes da estrutura do MJSP por serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, tornando-se necessária a busca por soluções que proporcionem uma infraestrutura tecnológica robusta, escalável, corporativa, segura e atualizada com o mercado.

7.2. Nesse sentido, a adoção de tecnologias modernas, como serviços em nuvem, deixou de ser uma tendência e passou a ser uma realidade nas grandes corporações e também na Administração Pública, que deve estar alinhada às mais modernas e eficientes práticas de mercado.

7.3. Para atender as necessidades de ferramentas de produtividade e segurança da informação básicas, sistemas operacionais, sistemas de gerenciamento de bancos de dados nas modalidades de Infraestrutura como Serviço (IaaS) e Plataforma como Serviço (PaaS), está em andamento a contratação dos softwares da Microsoft listados no processo (08006.000780/2024-25). A presente contratação refere-se a licenças complementares à contratação mencionada. À época, a equipe de contratação mapeou os riscos de contratar licenças além das existentes no contrato a ser encerrado, tendo em vista a ampliação orçamentária, o que poderia atrasar a contratação das licenças principais, cujo contrato venceu em 07/05/2025.

7.4. O parque de estações de trabalho do MJSP é composto de vários desktops e notebooks adquiridos no decorrer dos anos (de várias gerações/modelos de processadores diferentes). Além disso, temos diversos perfis de usuários, com diferentes necessidades. Nesse sentido, adotou-se a metodologia de utilizar a quantidade de licenças contratadas no mês de novembro/2025 (conforme SEI nº



34405657), como base para definição da necessidade de subscrições a serem contratadas. Cabe ressaltar que apesar desta métrica ter sido utilizada, o que irá definir o quantitativo inicial será o levantamento de necessidade de licenciamento após a assinatura contratual, conforme ordem de serviço a ser emitida no momento inicial do novo contrato.

7.5. Na contratação de subscrição de softwares da Microsoft realizada em 2025, por meio do Contrato 09/2025 - MJSP, com a empresa Brasoftware, o Ministério emitiu ordem de serviço inicial (SEI nº 34405655) nos itens e quantitativos apresentados na tabela 2 para atendimento das suas necessidades:

Descrição dos Serviços de Licenciamento	SKU	Quantidade Inicial	Unidade de Medida
M365 E3 Unified Sub Per User	AAD-33204	4530	Licença
M365 E5 Security Sub Per User	PEJ-00002	4530	Licença
O365 E1 Sub Per User	T6A-00024	400	Licença
AzureActvDrctryPremP1 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	3R2-00002	400	Licença
CCAL Bridge O365 Sub Per Use	AAA-12414	180	Licença
Defender Endpoint P2 Sub Per User	QLS-00003	180	Licença
Power BI Pro Sub Per User	NK4-00002	270	Licença
Project P3 Sub Per User	7LS-00002	100	Licença
Project P1 Sub Per User	TRS-00002	60	Licença
Visio P2 Sub Per User	N9U-00002	12	Licença
AI Builder Capacity Sub Add-on 1M Service Credits	SDQ-00001	01	Licença
Power Automate Attended RPA USL Sub Per User	1O4-00001	15	Licença
PowerAppsPlan ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	SEJ-00002	10	Licença
SQL Server Enterprise Core ALng LSA 2L	7JQ-00341	34	Licença
CIS Suite Datacenter Core ALng LSA 2L	9GS-00495	312	Licença
CIS Suite Standard Core Alng LSA 2L	9GA-00006	84	Licença

Tabela 2 - Demanda inicial do Contrato 09/2025, na data de 16/05/2025 (O.S. 130/2025).

7.6. Durante a vigência do Contrato 09/2025, os quantitativos foram ajustados para se adequar às exigências do MJSP, que apresenta um número variável de usuários das soluções de TIC. Essas mudanças visavam atender às necessidades e características específicas do órgão. Para isso, foram realizadas supressões e acréscimos de licenças, adequando-se ao à realidade do órgão no momento das emissões das ordens de serviço. Na última configuração (novembro/2025, conforme SEI nº 34405657), os números de licenças foram definidos de maneira a garantir o suporte adequado aos usuários à situação atual. Esse processo de adaptação é fundamental para o bom funcionamento das atividades do MJSP, aliado ao custo/benefício do contrato. Dessa forma, as alterações foram feitas de forma criteriosa e estratégica, assegurando o fortalecimento das soluções oferecidas e deixando o contrato alinhado com as necessidades do momento, conforme demonstrado na tabela 3.

DESCRIÇÃO	SKU	QUANTIDADE PARA O PERÍODO DE NOVEMBRO/2025
M365 E3 Unified Sub Per User	AAD-33204	4706
M365 E5 Security Sub Per User	PEJ-00002	4692
O365 E1 Sub Per User	T6A-00024	443
AzureActvDrctryPremP1 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	3R2-00002	400
CCAL Bridge O365 Sub Per Use	AAA-12414	180
Defender Endpoint P2 Sub Per User	QLS-00003	180
Power BI Pro Sub Per User	NK4-00002	300
Project P3 Sub Per User	7LS-00002	100
Project P1 Sub Per User	TRS-00002	60
Visio P2 Sub Per User	N9U-00002	12
AI Builder Capacity Sub Add-on 1M Service Credits	SDQ-00001	01
Power Automate Attended RPA USL Sub Per User	1O4-00001	17
PowerAppsPlan ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	SEJ-00002	10
SQL Server Enterprise Core ALng LSA 2L	7JQ-00341	34
CIS Suite Datacenter Core ALng LSA 2L	9GS-00495	312
CIS Suite Standard Core Alng LSA 2L	9GA-00006	84

Tabela 3 - Volume de licenciamento emitido para o mês de novembro/2025.

7.7. Informações complementares sobre a necessidade de licenciamento

7.7.1. O parque de estações de trabalho do MJSP é composto de vários desktops e notebooks adquiridos no decorrer dos anos (de várias gerações/modelos de processadores diferentes). Além disso, temos diversos perfis de usuários, com diferentes necessidades. Nesse sentido, adotou-se a metodologia de utilizar a quantidade de licenças contratadas no mês de março/2025 como base para definição da necessidade de subscrições a serem contratadas. O cálculo do quantitativo máximo utilizou histórico dos relatórios de fiscalização do último ano, mas utilizou como base de decisão o último termo de recebimento definitivo, emitido de novembro de 2025 (Anexo I do ETP). Cabe ressaltar que apesar desta métrica ter sido utilizada, o que irá definir o quantitativo inicial será o levantamento de necessidade de licenciamento após a assinatura contratual, conforme ordem de serviço a ser emitida no momento inicial do novo contrato.

7.7.2. Cabe ressaltar que para o dimensionamento do volume da contratação, também foi levado em conta o perfil dos usuários e o histórico de utilização.

7.7.3. Para uma estimativa do quantitativo e tipos de licenças, foram definidas as seguintes premissas iniciais, demonstradas na tabela 4:

- a) Suite de escritório instalada no computador: somente para servidores, mobilizados, estagiários e colaboradores eventuais;
- b) Suite de escritório Web: para terceirizados, colaboradores eventuais e contas de serviço;
- c) Identidade e Segurança: para todos os usuários;
- d) Recursos avançados de Identidade e Segurança: usuários com privilégios administrativos de TIC.

Categoria	Quantidade Anual	Licença E3	Licença E1	Licença Segurança
Servidores	2600	Sim	Não	Sim
Mobilizados	820	Sim	Não	Sim
Estagiários (E3)	160	Sim	Não	Sim
Estagiários (E1)	100	Não	Sim	Não
Terceirizados (E3)	780	Sim	Não	Sim
Terceirizados (E1)	280	Não	Sim	Não
Colaborador Eventual (E3)	90	Sim	Não	Sim
Colaborador Eventual (E1)	30	Não	Sim	Não
Contas de Serviços (E1)	20	Não	Sim	Não
TOTAL	4880	4450	430	4450

Tabela 4 - Categorias de Usuários / Quantidade de Licenças Atribuídas.

7.7.4. Sendo assim, após a checagem atualizada do serviço de diretório do MJSP no Active Directory (AD), e tomando como referência as necessidades presentes e as projeções de crescimento de servidores futuras do MJSP, este Estudo Técnico Preliminar levou em conta os produtos existentes em uso no MJSP e os recentes lançamentos pela fabricante, objetivando otimizar e agregar valor às subscrições a serem contratadas. Foi considerado 10% (dez por cento) como margem de crescimento para os licenciamentos previstos, com base no histórico de utilização do órgão (Anexo II do ETP). A memória de cálculo para os licenciamentos M365 E1 e E3, com os respectivos pacotes de segurança associados encontram-se na tabela abaixo, decorrentes do processo de licenciamento principal (SEI 08006.000780/2024-25).

#	Descrição Licenças Microsoft	SKU	Categoria	Quantidade Inicial	Quantidade Total
1	M365 E3 Unified Sub Per User	AAD-33204	Produtividade Básico	4450	4900
2	M365 E5 Security Sub Per User	PEJ-00002	Segurança Básico	4450	4900
3	O365 E1 Sub Per User	T6A-00024	Produtividade Básico	430	480
4	AzureActvDrctryPremP1 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	3R2-00002	Segurança Básico	430	480

Tabela 5 - Memória de Cálculo Itens 1 a 4 da contratação principal SEI 08006.000780/2024-25.

7.7.5. Para uma estimativa do quantitativo e tipos de licenças, foram definidas as seguintes premissas iniciais, demonstradas na tabela 1:

- a) Recursos de Identidade e Segurança: para todos os usuários;
- b) Recursos avançados de Videoconferências: gestores do órgão e atendimento às salas de reunião existentes no Ministério;
- c) Recursos de IA integrados ao Microsoft 365: para usuários específicos.

7.7.6. Cabe ressaltar que para o dimensionamento do volume da contratação, também foi levado em conta o perfil dos usuários e o histórico de utilização.

7.8. Licenciamentos de Produtividade e Segurança Avançados

7.8.1. Licenciamento Teams Premium (Produtividade Avançada)

7.8.1.1. O licenciamento Microsoft Teams Premium adiciona recursos avançados ao Microsoft Teams, proporcionando uma experiência mais personalizada, segura e eficiente para reuniões e colaboração. Ele inclui inteligência artificial para resumos automáticos e tradução ao vivo, proteção avançada de reuniões com criptografia e marca d'água, personalização de marca para a interface e relatórios detalhados sobre engajamento. Com esse plano, as instituições garantem mais produtividade e segurança em ambientes híbridos, oferecendo uma experiência premium para usuários e equipes de todos os tamanhos. Ideal para órgãos que buscam incremento da produtividade básica da ferramenta de mensageria e reuniões eletrônica. O licenciamento é justificado com base na necessidade de proporcionar a um público selecionado do órgão, recursos avançados durante as reuniões virtuais realizadas pelos servidores do MJSP.

7.8.1.2. O público alvo destas licenças são servidores com cargos comissionados no órgão, como chefes de divisão, coordenadores, coordenadores-gerais, diretores, subsecretários, secretários, chefes de gabinete e membros executivos de comitês do órgão. Com a publicação do Decreto nº 12.543, de 1º de julho de 2025, há cerca de 646 cargos comissionados no órgão central do MJSP. Esta EPC adota como critério, para estimar o quantitativo de licenças, o total de cargos ou funções à partir do Chefe de Divisão, ou seja, aqueles com numeração igual ou superior aos códigos: 1.07; 2.07; 3.07 ou 4.07. Logo, com este decreto o quantitativo está estimado em 540 licenças. Por fim, neste quantitativo foi considerado 10% (dez por cento) como margem de crescimento aos licenciamentos previstos, com base no histórico de utilização do órgão (Anexo II do ETP) e tendo em vista a possibilidade de expansão da quantidade de cargos ou funções comissionadas, em virtude da possibilidade dos novos decretos.

7.8.2.3. Memória de cálculo

#	Descrição Licenças Microsoft	SKU	Categoria	Quantidade Inicial	Quantidade Total
1	Teams Premium Introductory Pricing Sub Per User	WFI-00005	Produtividade Avançada	100	540

Tabela 6 - Memória de Cálculo item 1 da contratação.

7.8.2. Licenciamento Microsoft 365 E7 (Step-up de E3 para E7) (Produtividade e Segurança Avançada)

7.8.2.1. O licenciamento Microsoft 365 E7, na modalidade step-up a partir do E3, representa a evolução do ambiente corporativo já estabelecido, agregando camadas adicionais de segurança, conformidade, análise avançada de dados e produtividade. Essa ampliação permite potencializar o uso das ferramentas já adotadas, como Word, Excel, Outlook, Teams e PowerPoint, com funcionalidades mais robustas de proteção contra ameaças, governança da informação, automação e análise preditiva. Diferentemente do cenário anterior (de contratações de licenças segmentadas), em que tais capacidades estavam restritas a subconjuntos de usuários, a presente abordagem promove a padronização e universalização de controles essenciais de proteção e governança da informação, reduzindo assimetrias de risco e eliminando lacunas de cobertura. O step-up garante melhor aproveitamento do investimento previamente realizado com o E3, ao mesmo tempo em que eleva o patamar de maturidade em segurança digital do Ministério da Justiça e Segurança Pública. A contratação se justifica pelo planejamento estratégico de fortalecimento da segurança cibernética, ampliação do uso de ferramentas de produtividade avançadas e aumento da eficiência operacional, promovendo maior controle, integração e capacidade analítica nas atividades institucionais.

7.8.2.2. A unificação das contratações anteriormente segregadas (produtividade avançada e segurança avançada) em um único arranjo contratual resultou em ganho de escala e otimização econômica, possibilitando a ampliação do escopo de cobertura para a totalidade dos usuários do órgão, com incremento proporcional reduzido de custo. Destaca-se que o novo modelo incorporou, sem acréscimo financeiro, recursos adicionais relevantes, como Microsoft Defender for Experts e Teams Rooms Pro, além de consolidar funcionalidades que anteriormente demandariam aquisições isoladas.

7.8.2.3. Além da vantagem técnica, sob a perspectiva econômica, a solução representa melhor relação custo-benefício ao reduzir o custo unitário por usuário licenciado, ao mesmo tempo em que eleva significativamente o nível de proteção institucional. Sob a perspectiva de risco, a ampliação do licenciamento para toda a base mitiga vulnerabilidades decorrentes de ambientes heterogêneos, nos quais usuários não contemplados por soluções avançadas permanecem como vetores potenciais de incidentes de segurança.

7.8.2.4. A ampliação do escopo de licenciamento permite estabelecer um padrão único de proteção, governança e uso de inteligência artificial, viabilizando a aplicação uniforme de políticas de segurança, monitoramento contínuo, resposta a incidentes e classificação de informações. Tal abordagem está alinhada às diretrizes do PDTIC e às melhores práticas de segurança da informação, que recomendam cobertura integral do ambiente corporativo como forma de redução efetiva de riscos.

7.8.2.5. Adicionalmente, a consolidação contratual em um único pacote integrado proporciona maior eficiência administrativa, simplificação da gestão contratual e previsibilidade orçamentária, ao mesmo tempo em que potencializa o retorno sobre o investimento já realizado na plataforma Microsoft 365. Dessa forma, a contratação não apenas amplia capacidades tecnológicas, mas também promove racionalização de custos e fortalecimento da postura de segurança institucional.

7.8.2.6. O dimensionamento das licenças considerou a base já existente de usuários com licenciamento Microsoft 365 E3, para os quais se pretende realizar o step-up para o E7, totalizando 4900 (quatro mil e novecentas) licenças. A definição desse quantitativo levou em conta a necessidade de ampliar, de forma transversal, os níveis de segurança, conformidade e inteligência aplicada às rotinas institucionais, bem como suportar iniciativas estratégicas previstas no PDTIC e do Programa de Privacidade e Segurança da Informação -

PPSI/MGI, especialmente aquelas com maior criticidade no tratamento de dados e exposição a riscos cibernéticos. Dessa forma, busca-se garantir padronização tecnológica, escalabilidade e aderência às diretrizes de transformação digital e proteção da informação no âmbito do Ministério.

7.8.2.7. Memória de cálculo

#	Descrição Licenças Microsoft	SKU	Categoria	Quantidade Inicial	Quantidade Total
2	M365 E7 FUSL SU M365 E3	EP2-79865	Produtividade Avançada	4700	4900

Tabela 7 - Memória de Cálculo item 2 da contratação.

7.8.2.8. Quadro comparativo de recursos entre as Licenças M365 E3 e M365 E7

Feature	E3	E5	E7
M365 Desktop, Mobile, & Web Apps	✓	✓	✓
100GB email mailbox, up to 1.5TB archive	✓	✓	✓
MSTeams, unlimited chat, online meetings	✓	✓	✓
Teams Phone Standard – Add-On		✓	✓
Power BI pro		✓	✓
Defender & Office 365 Security for Cloud Apps		✓	✓
DLP for emails & files	✓	✓	✓
Endpoint DLP & add-on DLP for Teams chat		✓	✓
Manual/default/mandatory sensitivity labels in M365 apps	✓	✓	✓
Automatic & advanced sensitivity labels in M365 apps, Exchange, SharePoint, and OneDrive		✓	✓
Basic Message & Personal Data Encryption	✓	✓	✓
Advanced Message Encryption		✓	✓
MFA, Conditional Access, & SSO	✓	✓	✓
Risk-Based Conditional Access, Privileged Identity & Entitlement Management, Access Reviews		✓	✓
Antimalware, Firewall, Exploit & Credential Guards	✓	✓	✓
Defender Enterprise IoT, XDR, Identity, & Office 365 Plans		✓	✓
Insider risk management		✓	✓
Power Apps, Automate, add-on Copilot Studio and Dataverse for Teams	✓	✓	✓

M365 Copilot			✓
Copilot Cowork			✓
Agent 365			✓
Work IQ			✓
MS Entra Suite			✓

## 7.9. Estimativa consolidada da demanda de licenciamento

7.9.1. A contratação de licenças por subscrição, por se tratar de serviço, permite aumento ou redução da quantidade de licenças ao longo da vigência contratual, nos limites estabelecidos em lei. Dessa forma, a tabela 9 traz a descrição dos produtos, o quantitativo que se pretende contratar inicialmente, bem como a quantidade total prevista para o contrato, de acordo com o estudo realizado nos tópicos acima. Os estudos realizados foram anexados neste documento no Anexo II.

7.9.2. As licenças de Teams Premium serão contratadas nos quantitativos de servidores que realizam reuniões de Comitês institucionais, bem como para gestores do Ministério. Por fim, as licenças M365 E7 (step-up) serão contratadas para todos os servidores, porém, com subsídio das áreas finalísticas, e em projetos das áreas finalísticas com aplicação de IA.

#	Descrição Licenças Microsoft	SKU	Categoria	Fonte de Pesquisa	Quantitativo para a O.S. Inicial Planejada	Quantitativo Total
1	Teams Premium Introductory Pricing Sub Per User	WFI-00005	Produtividade Avançado	Catálogo de Soluções de TIC	100	540
2	M365 E7 FUSL SU M365 E3	EP2-79865	Produtividade Avançado	Cotação Fornecedor	4700	4900

Tabela 8 - Descrição das subscrições a serem contratadas.

7.9.3. Essas ferramentas da Microsoft são essenciais para a continuidade de negócio, modernização das atividades administrativas e a otimização da eficiência operacional no ambiente do MJSP. Elas oferecem soluções avançadas para a manutenção dos serviços em produção dos datacenters do MJSP, para aprimorar a colaboração entre equipes, por meio de plataformas integradas que facilitam a comunicação e o compartilhamento de informações em tempo real.

7.9.4. A produtividade é maximizada com ferramentas de inteligência artificial e automação de processos, análise de dados e gestão eficiente de recursos. Além disso, essas tecnologias otimizam a atividades administrativas e expandem o potencial de produtividade dos servidores e colaboradores do MJSP.

## 8. Levantamento de soluções

### 8.1. Necessidades similares em outros órgãos ou entidades da Administração Pública e as soluções adotadas

8.1.1. Foram realizadas pesquisas no Portal Nacional de Contratações Públicas, por contratações de licenciamento Microsoft adotados em outros órgãos ou entidades da administração pública, como pode ser verificado na lista abaixo:

- UNIPAMPA: <https://pncp.gov.br/app/editais/09341233000122/2024/70>
- IBAMA: <https://pncp.gov.br/app/editais/03659166001931/2024/235>
- FUNDACAO OSWALDO CRUZ: <https://pncp.gov.br/app/editais/33781055000135/2024/1516>
- SERPRO: <https://pncp.gov.br/app/editais/33683111000107/2024/51>
- MMA: <https://pncp.gov.br/app/editais/37115375000107/2024/36>
- CFP: <https://pncp.gov.br/app/editais/00393272000107/2024/23>
- MF: <https://pncp.gov.br/app/editais/00394460000141/2024/784>
- MT: <https://pncp.gov.br/app/editais/37115342000167/2024/49>

8.1.2. Nos itens abaixo foram listadas contratações com itens semelhantes ao da contratação em estudo.

8.1.2.1. Processo de contratação de licenciamento Microsoft Teams Room Pro pelo Ministério Público de Santa Catarina - MPSC. O item 1 do pregão é equivalente ao item 1 da presente licitação do MJSP.

Órgão: Ministério Público de Santa Catarina	UASG: --
Pregão: 34/2023 (Data de Abertura da Sessão: 04/08/2023)	Item: 1
Objeto: Aquisição de Licenças Microsoft Teams Rooms Pro, conforme especificações e exigências do edital.	
Valor total da contratação: R\$ 389.999,55	
Link: <a href="https://sga.mpsc.mp.br/portalscl/editarLicitacaoEdital.do?cdLicitacao=6256">https://sga.mpsc.mp.br/portalscl/editarLicitacaoEdital.do?cdLicitacao=6256</a>	

Item	Descrição	Qtde.	Preço Unitário Máximo	Preço Total Máximo
1	Licenças TEAMS ROOMS PRO SUB PER DEVICE (SKU CFQ7TTC0QW7C),  conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência.	51	R\$ 10.912,45	R\$ 556.534,95

8.1.2.2. Processo de contratação de licenciamento Microsoft Teams Premium e Microsoft Copilot pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso - TJMT. Os itens 8 e 10 do pregão são equivalentes aos itens 2 e 3, respectivamente, da presente licitação do MJSP.

Órgão: Tribunal de Justiça de Mato Grosso - TJMT	UASG: 925007
Pregão: 90052/2024 (Data de Abertura da Sessão: 25/11/2024)	Item: 8 e 10
Objeto: Registro de preço visando a contratação de “Licenças Microsoft”, englobando a aquisição de novas licenças e atualização das existentes no parque tecnológico do Tribunal de Justiça, incluindo suporte técnico do fabricante, upgrades e/ou atualização, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, além de serviço técnico especializado tendo como vigência 12 (doze) meses, com a finalidade de atender as áreas administrativas e judiciais deste Poder, com produtos que propiciem o usufruto e ferramentas Microsoft, empreendendo qualidade, performance e produtividade nas atividades, projetos e ações.	
Valor total da contratação: R\$ 45.354.854,44	
Link: <a href="http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=925007&amp;modprp=5&amp;numprp=900522024">http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=925007&amp;modprp=5&amp;numprp=900522024</a>	

Item	Identificador SGD	Produto/Serviço	Part Number	Descrição	Modelo Licenciamento	Vigência	Qtde.	Área
1	MS.4.0-A0688	CISSTESTDCOR E ALNG SA MVL 2LIC CORELIC	9GA-00313	CISSTESTDCORE ALNG SA MVL 2LIC CORELIC	Software Assurance	36 meses	3.200	DCON

2	MS.4.0-A0741	CISSTEDCCOR E ALNG SA MVL 2LIC CORELIC	9GS-00135	CISSTEDCCORE ALNG SA MVL 2LIC CORELIC	Software Assurance	36 meses	328	DCON
3	MS.4.0-A1779	Office 365 F3	TPA-00001	O365 F3 Sub Per User	Subscrição	36 meses	4.500	DSI
4	MS.4.0-A1723	Office 365 E1	T6A-00024	O365 E1 Sub Per User	Subscrição	36 meses	4.555	DSI
5	MS.4.0-A0871	Office 365 E3	AAA-10842	O365 E3 Sub Per User	Subscrição	36 meses	445	DSI
6	MS.4.0-A0193	Microsoft 365 APPS for Enterprise	3JJ-00003	M365 Apps Enterprise Sub Per User	Subscrição	36 meses	9.055	DSI
7	MS.4.0-A0282	Microsoft Entra ID P2 (Azure Active Directory Premium P2)	6E6-00003	AzureActvDrctryPr emP2 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	Subscrição	36 meses	20	DSI
8	----	Copilot para Microsoft 365	83I-00001	M365 Copilot Sub Add-on	Subscrição	36 meses	500	DSI
9	----	Créditos na Plataforma Microsoft	6QK-00001	Créditos na Plataforma Microsoft – Azure Monetary Commitment	Subscrição	36 meses	180	DSI
10	----	Microsoft Teams Premium	WFI-00005	Microsoft Teams Premium Introductory Pricing Sub Per User	Subscrição	36 meses	1.000	DSI
11	----	Viva Goals	STI-00001	Viva Goals Sub Per User	Subscrição	36 meses	70	DSI



12	----	Serviço Técnico Especializado	----	----	Horas	12 meses	1.500	DSI
13	MS.4.0-A1510	Power BI PRO	NK4-00002	Power BI Pro Sub Per User	Subscrição	36 meses	200	DBD
14	MS.4.0-A0069	Power Automate Premium Sub Per User	1O4-00001	Power Automate Attended RPA USL Sub Per User	Subscrição	36 meses	4	LIODS
15	RENOVAÇÃO DE SA DO SELECT PLUS	Windows Server Device CAL	R18-00085	Win Server CAL SLng SA DCAL	Software Assurance	36 meses	5.000	DSI

## 8.2. Alternativas do mercado

8.2.1. O cenário globalizado e cada vez mais digital impõe às organizações públicas a necessidade de se adaptarem com agilidade, inovação e eficiência na oferta de serviços de TIC. Nesse contexto, a STI tem identificado, ao longo dos últimos anos, um aumento considerável nas solicitações de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação por parte das diferentes secretarias que compõem a estrutura do MJSP. Isso evidencia a importância de adotar soluções modernas, escaláveis e alinhadas às práticas mais atuais do mercado, capazes de sustentar uma infraestrutura tecnológica corporativa robusta e integrada.

8.2.2. Com base em estudos de referência conduzidos pela Gartner, foi realizada uma análise das principais empresas atuantes nos segmentos de IA (com foco em comunicação e produtividade). Essa avaliação resultou em um mapeamento das fornecedoras destacadas nos respectivos Quadrantes Mágicos, conforme detalhado nos artigos citados a seguir.

8.2.3. A solução de comunicação com suporte à IA (copilot integrado ao Teams) está dentre as líderes a fornecedora Microsoft, conforme Quadrante Mágico nas análises do Gartner “*Magic Quadrant for Unified Communications as a Service*”, publicado em 07/10/2024:



Figura 1 - Quadrante Mágico Gartner de empresas com soluções de Comunicação Unificada como Serviço.

Fonte: <https://www.gartner.com/interactive/mq/5818347?ref=exploremq>

8.2.5. Pode-se observar a partir dos artigos da Gartner que há várias empresas que possuem soluções de mercado nos segmentos de comunicação como serviço (integrada com IA), entretanto, a Microsoft é empresa líder nesses segmentos e com integração em todos, permitindo uma aquisição centralizada com atendimento amplo das necessidades do MJSP.

### 8.3. Existência de softwares disponíveis conforme descrito na Portaria STI/MP nº 46, de 28 de setembro de 2016, e suas atualizações

8.3.1. Esta EPC não identificou nenhuma solução compatível com a demandada dentre aquelas disponibilizadas no portal do Software Público Brasileiro (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/plataformas-e-servicos-digitais/software-publico>, acesso em 26/01/2026) e utilizadas algumas palavras-chave no campo de busca, tal qual "produtividade", "inteligência artificial", "videoconferência", dentre outros, no que se refere a existência de softwares disponíveis conforme descrito na Portaria STI/MP nº 46, de 28 de setembro de 2016, e suas atualizações.

### 8.4. Políticas, modelos e padrões de governo, a exemplo dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – ePing, Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – eMag, Padrões Web em Governo Eletrônico – ePwg, padrões de Design System de governo, Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil e Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e- ARQ Brasil, quando aplicáveis

8.4.1. As políticas, padrões e modelos eMag, ePwg, ePING, padrões de Design System de governo, ICP-Brasil e e-ARQ Brasil não se aplicam à presente contratação.

### 8.5. Necessidades de adequação do ambiente do órgão ou entidade para viabilizar a execução contratual

8.5.1. Não se aplica, pois a infraestrutura básica para instalar as soluções encontram-se já instaladas e em funcionamento, tanto nos data centers primário e secundário, quando nas estações de trabalho e notebooks disponibilizados para servidores, estagiários e colaboradores do MJSP.

8.6. Diferentes modelos de prestação do serviço

8.6.1. As possibilidades são abordadas no item 9 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES.

8.7. Diferentes tipos de soluções em termos de especificação, composição ou características dos bens e serviços integrantes

8.7.1. A solução de TIC a ser contratada compõe-se basicamente nos seguintes segmentos a seguir:

8.7.1.1. Solução para otimizar a produtividade.

8.7.1.2. Solução de recursos avançados para comunicação.

8.8. Possibilidade de aquisição na forma de bens ou contratação como serviço

8.8.1. As possibilidades são abordadas no item 9. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES.

8.9. Ampliação ou substituição da solução implantada

8.9.1. As possibilidades são abordadas no item 9. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES.

8.10. Métricas de prestação do serviço e de pagamento

8.10.1. A métrica de prestação de serviço será baseada na emissão de ordem de serviço para definição do volume de licenciamento inicial necessário ao atendimento das demandas do órgão, com pagamento com periodicidade mensal pelos serviços utilizados. Havendo necessidade de expansão do volume de licenciamento, será realizada nova ordem de serviço com os quantitativos adicionais.

8.11. Levantamento de soluções

8.11.1. A partir das consultas realizadas, foram delineadas os cenários apresentados abaixo.

8.11.1.1. Licenciamento para atendimento às necessidades de infraestrutura de TIC e produtividade:

- a) Solução 1 - Migração para solução de Software Livre;
- b) Solução 2 - Migração para plataforma G Suite;
- c) Solução 3 - Continuidade do uso de soluções da Microsoft.

ALTERNATIVAS	DESCRIÇÃO
Solução 1: Software Livre	Utiliza ferramentas de código aberto, como LibreOffice e Thunderbird, para produtividade e colaboração, sem custos de licenciamento, mas com necessidade de suporte técnico interno ou comunitário.
Solução 2: Plataforma G Suite	Suíte de produtividade em nuvem do Google, com ferramentas como Gmail, Drive, Docs e Meet, focada em colaboração em tempo real e acessível para empresas de todos os portes.
Solução 3: Uso de soluções da Microsoft	Oferece uma suíte completa com Microsoft 365, incluindo Teams, Word, Excel e Outlook, integrada com segurança avançada e ferramentas de análise, ideal para ambientes corporativos e híbridos.

9. Análise comparativa de soluções

9.1. As soluções disponíveis que podem endereçar a necessidade da contratação para o órgão estão elencadas a seguir.

9.2. Solução 1: Migração para solução de Software Livre

9.2.1. a) Colaboração e Produtividade/Identidade e Segurança

9.2.1.1. O presente cenário tem o objetivo de analisar a aquisição de uma solução de Software Livre, especificamente o LibreOffice, em substituição ao Microsoft 365.

9.2.1.2. O LibreOffice é uma suite de aplicativos de escritório de código aberto, disponível para múltiplas plataformas, incluindo Windows, Linux, macOS e Unix. A suite utiliza o formato **OpenDocument** (ODF), homologado como ISO/IEC 26300 e NBR ISO/IEC 26300, e é compatível com formatos do Microsoft Office, além de outros formatos legados. O LibreOffice oferece funcionalidades básicas esperadas de uma suite profissional, tais como:

- a) **Writer**: Editor de textos.

- b) **Calc**: Planilha eletrônica.
- c) **Impress**: Editor de apresentações.
- d) **Draw**: Editor de desenhos e diagramas.
- e) **Math**: Editor de fórmulas matemáticas.
- f) **Base**: Sistema de gerenciamento de banco de dados.

9.2.1.3. Comparação com o Microsoft 365

9.2.1.3.1. Atualmente, o MJSP utiliza o **Microsoft 365** (licenças E3 e E1), que oferece um ecossistema integrado de ferramentas de produtividade, colaboração, segurança e conformidade. Abaixo, destacam-se as principais diferenças entre as duas soluções:

Critério	LibreOffice	Microsoft 365
Funcionalidades	Ferramentas básicas de escritório (texto, planilhas, apresentações, etc.).	Ecossistema completo (produtividade, colaboração, segurança, IA generativa, etc.).
Colaboração	Não possui ferramentas nativas de colaboração em tempo real.	Integração com <b>Microsoft Teams, SharePoint e OneDrive</b> para colaboração.
Identidade e Segurança	Não oferece gerenciamento de identidades ou proteção avançada contra ameaças.	<b>Entra Suite P2</b> para gerenciamento de identidades e <b>Defender XDR</b> para segurança.
Conformidade	Não possui ferramentas dedicadas à conformidade com regulamentações.	<b>M365 E5 Compliance</b> para atendimento a LGPD, GDPR e outras normas.
Custo	Gratuito, mas exige investimento em suporte técnico e treinamento.	Custo premium, mas com retorno significativo em produtividade e segurança.
Escalabilidade	Limitada, especialmente para organizações de grande porte como o MJSP.	Altamente escalável, com licenciamento flexível para milhares de usuários.
Suporte e Integração	Depende de comunidade ou contratação de suporte externo.	Suporte técnico especializado e rede global de parceiros certificados.

9.2.1.4. Lista-se as principais vantagens e desvantagens para sua adoção:

a) Vantagens:

- Licenciamento gratuito;
- Código-fonte aberto (open source);
- Disponível para os sistemas operacionais Windows, Unix, Solaris, Linux Mac OS X.

b) Desvantagens:

- O uso de software aberto (open-source) em um ambiente Microsoft pode apresentar algumas desvantagens, especialmente quando comparado com o uso de soluções proprietárias integradas no ecossistema Microsoft. Algumas das principais desvantagens incluem:
  1. Compatibilidade e integração limitada: o software aberto pode ter dificuldades em integrar-se perfeitamente com as ferramentas e sistemas Microsoft, como o Windows Server, Active Directory e outras soluções corporativas como o Office 365 e o Microsoft Teams. Isso pode exigir esforços adicionais para configurar e manter essas integrações.
  2. Suporte técnico: diferentemente do suporte robusto e estruturado fornecido pela Microsoft para seus produtos, o software aberto geralmente depende de comunidades ou fornecedores de terceiros. Isso pode resultar em tempos de resposta mais longos e a necessidade de habilidades técnicas avançadas para resolver problemas.
  3. Atualizações e manutenção: o software open-source pode não ser tão bem mantido quanto soluções comerciais. A falta de atualizações automáticas, patches de segurança rápidos e documentação pode criar vulnerabilidades e desafios para a equipe de TI, especialmente em um ambiente corporativo.
  4. Curva de aprendizado: muitos softwares abertos requerem conhecimento técnico avançado para instalação, configuração e manutenção. Isso pode aumentar a curva de aprendizado para os administradores de TI e usuários finais, especialmente em comparação com soluções proprietárias da Microsoft, que tendem a ser mais intuitivas e prontamente integradas.
  5. Segurança e conformidade: embora muitos softwares abertos sejam altamente seguros, a falta de uma governança centralizada e da garantia de padrões de conformidade exigidos por regulamentações (como GDPR, HIPAA) pode ser um desafio. As soluções Microsoft, por outro lado, frequentemente atendem a essas exigências de forma mais direta.

6. Desempenho: em alguns casos, software aberto pode não ser otimizado para rodar em plataformas Windows, podendo apresentar problemas de desempenho ou até limitações de funcionalidade, o que pode afetar a eficiência e a escalabilidade do ambiente de TI.

7. Custo de implementação: embora o software aberto em si seja gratuito, os custos de implementação, treinamento e manutenção (como a necessidade de contratar especialistas em opensource) podem ser altos. Em ambientes Microsoft, a implementação geralmente é mais direta e pode ter um custo total de propriedade mais previsível.

9.2.1.4.1. Essas desvantagens devem ser avaliadas considerando o contexto e as necessidades específicas da organização, pois, em alguns cenários, o software aberto pode ser uma escolha vantajosa, dependendo dos requisitos técnicos e financeiros.

### 9.3. Solução 2: Migração para plataforma G Suite

9.3.1. A plataforma **G Suite**, atualmente denominada **Google Workspace**, apresenta uma série de funcionalidades voltadas para produtividade e colaboração em nuvem. No entanto, sua adoção em um ambiente corporativo complexo como o do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) requer uma avaliação técnica detalhada, considerando as limitações e os desafios associados à migração. Abaixo, são destacados os principais pontos críticos:

1. Integração com Sistemas Legados e Ecossistema Microsoft: o Google Workspace possui limitações significativas em sua integração com sistemas legados e ferramentas do ecossistema Microsoft, como Active Directory, Exchange e SharePoint. A migração exigiria a reconfiguração de autenticações, permissionamentos e fluxos de trabalho, além da possível necessidade de soluções de terceiros para garantir a interoperabilidade. Essa complexidade técnica pode resultar em custos adicionais e tempo prolongado de implementação.
2. Controle de Dados e Conformidade Regulatória: o armazenamento de dados em servidores do Google, distribuídos globalmente, pode gerar desafios em relação ao controle e à localização dos dados, especialmente para organizações que precisam cumprir regulamentações rigorosas, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR). Embora o Google ofereça recursos de segurança e conformidade, como criptografia em trânsito e em repouso, a falta de controle sobre a localização física dos dados pode ser um impeditivo para o MJSP.
3. Dependência de Conectividade com a Internet: embora a arquitetura do Google Workspace é baseada em nuvem, o que implica uma dependência crítica de conectividade com a internet. Embora existam recursos offline limitados, a experiência completa de uso requer uma conexão estável e de alta velocidade. Em locais com infraestrutura de rede deficiente ou instável, essa dependência pode resultar em perda de produtividade e interrupções operacionais.
4. Personalização e Flexibilidade Limitadas: a interface e as funcionalidades do Google Workspace são projetadas para simplicidade e usabilidade, mas oferecem pouca flexibilidade para personalizações avançadas. Em comparação, o Microsoft 365 permite customizações profundas em ferramentas como SharePoint, OneDrive e Teams, atendendo a necessidades específicas de workflows e governança corporativa.
5. Suporte Técnico e Atendimento Especializado: o suporte técnico oferecido pelo Google é baseado em modelos de autoatendimento, fóruns comunitários e canais de chat/e-mail. Para organizações de grande porte como o MJSP, que demandam suporte especializado e atendimento 24/7, essa estrutura pode ser insuficiente. Em contraste, o Microsoft 365 oferece suporte técnico empresarial robusto, com opções de atendimento direto e personalizado.
6. **Gestão de Dispositivos e Segurança**: o Google Workspace oferece ferramentas básicas de gerenciamento de dispositivos móveis (MDM), mas não possui a mesma abrangência e profundidade de soluções como o Microsoft Intune. A falta de recursos avançados de segurança, como políticas de conformidade de dispositivos e integração com sistemas de proteção de endpoints, pode representar um risco para a segurança cibernética do MJSP.
7. Capacidade de Armazenamento e Gestão de Dados: embora o Google Workspace ofereça planos de armazenamento em nuvem, grandes organizações como o MJSP podem enfrentar limitações de capacidade e custos adicionais para expansão. Além disso, a gestão de dados distribuídos em múltiplas contas e projetos pode se tornar complexa e onerosa.
8. Dependência de um Único Fornecedor: a adoção do Google Workspace implica em uma dependência exclusiva do Google como provedor de serviços. Qualquer interrupção ou indisponibilidade dos serviços do Google pode impactar diretamente as operações do MJSP, além de representar riscos associados à centralização de dados e serviços.
9. Customização de Funcionalidades Empresariais: o Google Workspace não oferece a mesma flexibilidade para customizações avançadas em comparação com o Microsoft 365. Ferramentas como SharePoint e Power Automate permitem a criação de workflows personalizados e automações complexas, essenciais para organizações com requisitos específicos.

9.3.2. Em resumo, enquanto o Google Workspace oferece muitas vantagens, como acessibilidade e colaboração em tempo real, as desvantagens apresentadas acima devem ser cuidadosamente avaliadas, especialmente para empresas com necessidades de personalização avançada, conformidade rigorosa ou uma infraestrutura de TIC já existente.

### 9.4. Solução 3: Continuidade do uso de soluções da Microsoft

9.4.1. A contratação de uma assinatura Microsoft para todo o ambiente do Ministério da Justiça e Segurança Pública traz uma série de vantagens essenciais para otimizar operações e garantir a segurança dos dados e da infraestrutura de TI. Primeiramente, a suíte Microsoft 365 proporciona uma integração eficiente entre ferramentas como Word, Excel, PowerPoint, Teams e SharePoint, melhorando a colaboração entre equipes, facilitando o trabalho remoto e o compartilhamento de documentos de forma segura e eficiente. A utilização do OneDrive para armazenamento na nuvem também permite o acesso aos dados de qualquer lugar, com total controle e segurança.

9.4.2. A escalabilidade das soluções Microsoft permite que o Ministério da Justiça e Segurança Pública cresça de maneira flexível, ajustando recursos de acordo com a demanda. Isso é complementado por uma administração centralizada de licenças, facilitando o gerenciamento de usuários, dispositivos e permissões.

9.4.3. Além disso, a confiabilidade dos serviços em nuvem da Microsoft assegura alta disponibilidade e continuidade operacional, com suporte técnico especializado 24/7, essencial para evitar interrupções nos serviços públicos. A Microsoft também garante conformidade com as principais regulamentações de segurança, como LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e GDPR (Regulamento Geral de Proteção de Dados), proporcionando tranquilidade jurídica e garantindo a proteção de dados pessoais e sensíveis.

9.4.4. A integração com outras soluções governamentais e a padronização das ferramentas em toda a organização promovem maior eficiência operacional e redução de custos. Com essas vantagens, o Ministério pode se concentrar em suas atividades essenciais enquanto otimiza sua infraestrutura de TI e melhora a produtividade e segurança no ambiente de trabalho.

9.4.5. Importante destacar que nesse cenário não haverá gastos de implantação, nem de treinamento, tendo em vista que a equipe técnica já tem conhecimento da tecnologia e essa se encontra implantada.

### 9.5. Análise de Viabilidade

9.5.1. A tabela abaixo apresenta o quadro consolidado de análise comparativa das soluções levantadas, de acordo com o Art. 11, II da IN 94/2022.

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 1		X	
	Solução 2		X	
	Solução 3		X	
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 1	X		
	Solução 2		X	
	Solução 3		X	
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICPBrasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objevo da solução abranger documentos arquiviscos)	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X

9.5.2. O objeto desta contratação como um todo habilita o Ministério a prestar os serviços necessários ao cumprimento de sua missão institucional ao mesmo tempo em que compatibiliza com a Instrução Normativa SGD /ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

9.5.3. Conforme resta demonstrado acima, a migração e substituição dos softwares objeto da aquisição proposta por outros com subscrições ou licenças de menor custo ou por software livre são alternativas inviáveis dadas as repercussões negativas que promoveriam, impactando diretamente nas atividades produtivas rotineiras do órgão, bem como na disponibilização dos serviços de produção na atual infraestrutura de TIC do MJSP. A Equipe de Planejamento da Contratação entende, portanto, como viável apenas a solução 3 para a manutenção e continuidade dos atuais serviços prestados pela Microsoft.

## 10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1. Conforme § 1º do art. 11, da da IN SGD nº 94/2022, as soluções identificadas e consideradas inviáveis deverão ser registradas no ETP, dispensando-se a realização dos respectivos cálculos de custo total de propriedade. Foram consideradas inviáveis as soluções:

- 10.1.1. **Solução 1 - Migração para solução de Software Livre (LibreOffice):** a solução não se mostrou eficiente no presente momento, devido à necessidade de uniformização e orquestração dos vários produtos e serviços que viessem a ser contratados. Além disso, poderia haver a necessidade de ter várias empresas prestando suporte para os diversos produtos adquiridos de forma separada, tornando essa solução inviável, considerando o nível de padronização que MJSP conta atualmente com seu parque de infraestrutura de TIC e de licenciamento de produtividade para usuário final.
- 10.1.2. **Solução 2 - Migração para plataforma G Suite:** a solução não se mostrou vantajosa, levando-se em conta o aproveitamento dos investimentos já realizados e as customizações já efetuadas pelo MJSP em toda a infraestrutura de TIC, nos últimos anos. Além disso, não há disponibilidade de versão on-premises da suite de escritório da Google, tornando, assim, essa solução inviável.

## 11. Análise comparativa de custos (TCO)

- 11.1. A Análise Comparativa de Custos (TCO) é realizada apenas nos cenários viáveis da contratação. Neste estudo, apenas a solução 3 (continuidade do uso de soluções da Microsoft) se mostrou viável, não sendo possível realizar comparação com outra, conforme previsto no inciso III do art. 11, da IN SGD/ME 92/2022.
- 11.2. Para realizar a estimativa de custos da contratação, foi utilizado como referência a estimativa da demanda apresentada no item 7 "Estimativa da Demanda - Quantidade de Bens e Serviços" e os preços preliminares utilizados foram baseados em pesquisa com fornecedor.

#	Produto	Descrição Microsoft	Part Number	Categoria	Fonte Preço	Quantidade Total Prevista	Valor Unitário Mensal	Valor Total Anual Previsto
1	Teams Premium	Teams Premium Introductory Pricing Sub Per User	WFI-00005	Produtividade Avançado	Cotação Fornecedor	540	R\$ 55,77	R\$ 361.389,60
2	M365 E7 FUSL SU M365 E3	M365 E7 STEP-UP E3	EP2-79865	Produtividade Avançado	Cotação Fornecedor	4900	R\$ 163,82	R\$ 9.632.616,00
Total:								R\$ 9.994.005,60

Tabela 9 - Estimativa de custos da contratação.

## 12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

- 12.1. O objeto da contratação refere-se à aquisições de subscrições de software Microsoft no escopo de recursos avançados de videoconferências e produtividade avançada, de acordo com os identificadores e quantidades descritos no item 7 - Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços. A tabela abaixo apresenta os itens de subscrição a serem contratados e os descritivos em seguida.

Descrição Licenças Microsoft	SKU	Categoria	Descrição
Teams Premium Introductory Pricing Sub Per User	WFI-00005	Produtividade Avançado	Item 12.2
M365 E7 FUSL SU M365 E3	EP2-79865	Produtividade Avançado	Item 12.3

Tabela 10 - Referências das subscrições a serem contratadas.

- 12.2. Teams Premium Introductory Pricing Sub Per User oferece funcionalidades para otimizar a experiência de colaboração e comunicação no Microsoft Teams, incluindo recursos exclusivos como reuniões personalizadas, inteligência artificial para transcrições e traduções em tempo real, e ferramentas de gerenciamento de eventos virtuais. Baseado em dados do catálogo da Microsoft, o Teams Premium utiliza IA avançada para aprimorar a produtividade, permitindo, por exemplo, a geração automática de resumos de reuniões e a identificação de ações pendentes. Além disso, a solução oferece segurança reforçada, com opções de controle de acesso granular, proteção de dados sensíveis e conformidade com padrões como GDPR e ISO 27001.
- 12.3. M365 E7 Step-up é uma solução avançada de licenciamento que amplia as capacidades do ambiente Microsoft 365, incorporando recursos adicionais de segurança, conformidade, análise de dados e inteligência aplicada ao ecossistema corporativo. A partir da evolução do licenciamento E3, o E7 integra funcionalidades robustas de proteção contra ameaças, governança da informação, gerenciamento de identidades, automação de processos e inteligência artificial, permitindo maior controle e eficiência nas operações

institucionais. Essa solução viabiliza o uso mais estratégico dos dados e fortalece a postura de segurança cibernética da organização, ao mesmo tempo em que aprimora a produtividade dos usuários. A licença objetiva elevar o nível de maturidade digital e incrementar a eficiência das atividades administrativas desempenhadas pelos servidores do MJSP, com maior segurança, inteligência e capacidade analítica. Adicionalmente neste pacote, estão inclusas licenças do Defender for Experts, para cada licença do step-up, bem como até 200 licenças do Microsoft Teams Rooms Pro, para contemplação das salas de videoconferência do órgão.

### 13. Justificativa técnica da escolha da solução

13.1. A contratação de licenças da Microsoft pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública é fundamentada na necessidade de assegurar a continuidade e a eficiência dos processos administrativos e operacionais, alinhando-se aos requisitos de segurança cibernética e conformidade regulatória.

13.2. A Microsoft disponibiliza soluções tecnológicas robustas e amplamente adotadas no mercado, essenciais para o cumprimento das atividades institucionais, além de permitir a padronização do ambiente de TI, favorecendo a interoperabilidade entre os diferentes departamentos da instituição.

13.3. As licenças Microsoft garantem suporte técnico especializado, atualizações periódicas e recursos avançados de segurança, incluindo proteção contra ameaças cibernéticas, autenticação multifatorial e criptografia de dados, essenciais para a preservação da confidencialidade e integridade das informações sensíveis manejadas pelo Ministério.

13.4. O formato de contratação por subscrição de licenças proporciona maior flexibilidade e escalabilidade, atendendo à crescente demanda por infraestrutura de armazenamento e processamento de dados de forma eficiente, segura e com alta disponibilidade, atendendo os requisitos da Estratégia de Uso de Software e de Serviços de Computação em Nuvem do MJSP, bem como à Portaria SGD /MGI nº 5.950/2023.

13.5. Os softwares relacionados às subscrições e às garantias de atualização que se pretende adquirir têm uso consolidado no Ministério da Justiça e Segurança Pública e têm atendido de forma satisfatória às demandas. Não há perspectiva de substituição desses softwares nos próximos anos, portanto, sua substituição não é necessária ou recomendável tecnicamente, e envolveria um custo operacional muito grande, já que implicaria em novos treinamentos e readaptação do ambiente de gerenciamento, sem benefício prático aparente. Considerando que os softwares tratados nesta aquisição são fundamentais para a infraestrutura de TIC e que atendem a ambientes críticos da área finalística, além do atendimento do ambiente produtivo dos servidores, colaboradores e estagiários do órgão, é imprescindível que o MJSP possua subscrições e garantias de atualização ativos com a fornecedora Microsoft. Tal medida corrobora com a gestão de riscos operacionais da TIC, ao transferir parte dos riscos à fabricante dos softwares, a qual se torna corresponsável pelo bom funcionamento da infraestrutura de TIC do Ministério, aumentando a qualidade dos serviços prestados.

13.6. Em relação à atualização dos licenciamentos a serem contratados, a unificação dos processos mostra-se tecnicamente adequada porque o novo arranjo contratual preserva o atendimento das necessidades administrativas originalmente mapeadas de produtividade e segurança avançada, ao mesmo tempo em que reduz fragmentação do objeto, amplifica os recursos entregues com a contratação considerando o quantitativo de servidores do MJSP e simplifica a gestão e fiscalização contratual. Em vez de múltiplos instrumentos para satisfazer necessidades interdependentes de produtividade, identidade, conformidade e segurança, passa a existir uma solução centralizada, com maior coerência arquitetural e entrega de mais benefícios ao órgão.

13.7. Tendo em vista que o órgão já possui licenciamento M365 E3, a solução da contratação foi baseada na licença complementar de **step-up do Microsoft 365 E3 para o Microsoft 365 E7**, que transforma cada licença M365 E3 ativada, em uma licença M365 E7, permitindo aproveitar os esforços administrativos do processo de contratação anterior com a nova contratação.

13.8. Também há ganho em governança e fiscalização contratual. A redução do número de frentes de contratação diminui riscos de inconsistência entre objetos, melhora a rastreabilidade do consumo e facilita futura revisão de quantitativos, expansão ou reequilíbrio, em linha com o princípio da eficiência administrativa.

13.9. Em suma, a contratação das licenças da Microsoft oferece não apenas uma solução tecnológica robusta e escalável, mas também contribui para a conformidade legal e a minimização de riscos, representando um investimento estratégico que atende de forma eficaz às necessidades operacionais e de segurança do MJSP.

#### 13.10. Parcelamento da Contratação

13.10.1. Conforme explicita o item 3.8, alínea a, do Anexo III da IN 05/2017 da SEGES/MPOG:

*"O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas;"*

13.10.2. De acordo com a documentação da Microsoft, para os contratos do formato *Enterprise Agreement* ou *Enterprise Agreement Subscription*, caso os itens fossem separados em adjudicações individuais, as revendas e a fabricante não atingiriam a padronização nas



relações contratuais a fim de oferecer níveis de desconto. Além disso, haveria grande probabilidade de que os contratos fechados com determinado fornecedor não atingissem o quantitativo/volume mínimo que possibilitasse oferecer o nível de serviços padronizados com as demais licenças adquiridas de outros fornecedores. Verifica-se, com isso, que essa forma de contratação atinge um maior ganho de escala, dado ao maior escopo da contratação, proporcionando maior economia para a Administração.

13.10.3. A junção dos itens em um único grupo também favorece o melhor gerenciamento do contrato de licenças Microsoft, pois o conjunto dessas licenças pode ser planejado e adquirido em um único processo de contratação, racionalizando os esforços administrativos. Ademais, evita-se a possibilidade de haver uma multiplicação de novas licitações e contratos, caso fosse adotado o critério de adjudicação por item, para adquirir as licenças decorrentes de contratos que viessem a ser interrompidos. Além disso, o risco de frustração de parte dos itens prejudicaria o licenciamento necessário à operação dos serviços, e como consequência, o atingimento dos objetivos institucionais.

13.10.4. Conforme preconizado na alínea “b” do Art. 40 da Lei 14.133/2021, “do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso”. Tal conceito foi estritamente observado no presente processo, ou seja, os itens foram parcelados por cada SKU de licença necessária para atendimento às necessidades do órgão, mas agrupados de forma global, tendo em vista a interdependência entre eles e os ganhos administrativos de um único contrato.

13.10.5. As licenças a serem contratadas são interdependentes, sendo inviável, no quesito técnico, a contratação de empresas distintas para execução dos mesmos, sob o risco de inexecução do objeto como um todo.

13.10.6. Por tal fato, somente a contratação de forma integrada das subscrições, ou seja, com adjudicação por preço global para o conjunto de itens e com a garantia da interoperabilidade e fornecimento dos mesmos durante a execução dos serviços, mitiga os riscos à preservação do cenário ideal, uma vez que asseguram a continuidade dos serviços prestados no ambiente de TIC do MJSP.

13.10.5. Por tais razões, é inadequada e inviável, sob o ponto de vista técnico e do interesse público, a contratação individual das licenças por item para empresas distintas, bem como a divisão do objeto da presente licitação em parcelas maiores. Há a necessidade de execução integral para que possa manter o ambiente de TIC do MJSP funcional.

13.10.6. Quanto ao parcelamento da contratação decorrente de aspectos econômicos, verificou-se que o parcelamento da contratação não é economicamente vantajoso pelas seguintes razões:

13.10.6.1. Economia de Escala: A contratação integral permite maximizar a economia de escala, resultando em condições financeiras mais favoráveis e em um custo unitário mais baixo para cada item contratado. Isso é particularmente relevante para otimizar o orçamento disponível;

13.10.6.2. Redução de Custos Administrativos: A gestão de um único contrato reduz a carga administrativa e os custos associados à fiscalização e ao gerenciamento de múltiplos contratos. Isso permite uma administração mais eficiente e eficaz dos recursos.

13.10.6.3. Agilidade e Eficiência: Contratar de forma integral acelera o processo de aquisição e implementação, evitando atrasos que poderiam ocorrer se os itens fossem adquiridos separadamente. Isso garante que a infraestrutura esteja plenamente operacional em menos tempo.

13.10.6.4. Prevenção de Custos Adicionais: A contratação de um pacote integrado evita custos adicionais que poderiam surgir devido a problemas de compatibilidade ou necessidade de ajustes entre diferentes sistemas de licenciamento adquiridos separadamente.

13.10.7. Quanto a competitividade, destaca-se que não há segmentação de parceiros do Fabricante por tipo de licença. Conforme disponível no site do fabricante (<https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/Parceiros%20LSP>), todos os parceiros autorizados a realizar licenciamento da forma pretendida nessa contratação estão aptos a disponibilizar as licenças objeto desta contratação:

*“Quanto à participação nos certames públicos, informamos que para se garantir as mesmas condições de participação a todos as vendas, a Microsoft segue uma política de isonomia de canais, que prevê que todas as empresas parceiras terão as mesmas condições de participação no certame licitatório, sem qualquer privilégio, de qualquer natureza, a parceiro local ou específico. Isso implica em respeito às regras concorrenciais e competição saudável no mercado, além de cumprimento aos princípios da economicidade e competitividade previstos pela legislação vigente, não estabelecendo qualquer restrição à concorrência ou participação em certames, mas sim a ampla concorrência, com a necessária capacitação ao correto atendimento à Administração e aos interesses públicos.”*

13.10.8. Com base nessas considerações, conclui-se que a contratação integral é a abordagem mais eficiente e vantajosa do ponto de vista técnico e econômico, otimizando os recursos financeiros e operacionais do MJSP. Não haverá parcelamento da solução de TIC. O agrupamento dos itens da contratação tem como objetivo o melhor aproveitamento das práticas de mercado adotadas pela Microsoft, melhor gerenciamento do contrato e obtenção dos serviços de suporte padronizados.

## 14. Estimativa de custo total da contratação

**Valor (R\$):** 9.994.005,60

14.1. Conforme o "Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação" V 3.0 do SISP e o "Instrumento de Padronização de Procedimentos de Contratação" da AGU de 20 de junho de 2023, o orçamento informado nesse momento é preliminar. Ele deverá ser suficiente na análise de custo total de propriedade para a escolha da solução. O orçamento detalhado será realizado na confecção do Termo de Referência.

14.2. Conforme previsto na Instrução Normativa nº 6, de 29 de março de 2023:

*Art. 2º Os órgãos e as entidades previstos no art. 1º deverão submeter à Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos solicitação para aprovação de contratações relativas a bens e serviços de TIC, para efeito do disposto no art. 9º-A do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, com valor global estimado do objeto igual ou superior a 20 (vinte) milhões de reais;*

*§ 1º Para contratações no sistema de registro de preços, o valor global estimado que trata o caput deverá contemplar o montante das demandas dos órgãos gerenciadores incluindo a demanda das entidades participantes do registro de preço.*

*§ 2º Para efeitos do valor referenciado no caput considerar-se-ão os valores estimados para a primeira vigência do(s) contrato(s). (grifo nosso)*

14.3. Considerando que o valor estimado da presente contratação, com base no Catálogo de TIC, demonstrado na Tabela abaixo, ficou abaixo do previsto no Art. 2º da supracitada IN, não será necessário o encaminhamento dos documentos referentes à fase de planejamento da contratação para apreciação por parte da SGD.

#	Produto	Descrição Microsoft	Part Number / SKU	Categoria	Fonte de Preço	Valor Unitário Mensal	Quantidade Total Prevista	Valor Total Anual Demanda Total
1	Teams Premium	Teams Premium Introductory Pricing Sub Per User	WFI-00005	Produtividade Avançado	Cotação com Fornecedor	R\$ 55.77	540	R\$ 361.389,60
2	M365 E7 FUSL SU M365 E3	M365 E7 STEP-UP E3	EP2-79865	Produtividade Avançado	Cotação com Fornecedor	R\$ 163,82	4900	R\$ 9.632.616,00
TOTAL:								R\$ 9.994.005,60

14.4. Desse modo, o valor previsto para a presente contratação é **R\$ 9.994.005,60** (nove milhões, novecentos e noventa e quatro mil, cinco reais e sessenta centavos).

14.5. As informações e valores sobre este cenário foram consultados via fornecedor e representam apenas uma estimativa inicial da contratação (Anexos III e IV do ETP), suficientes para analisar a estimativa de custo a ser levantada por este Estudo Técnico Preliminar. Os valores ERP (*Estimated Retail Price*)/MRP (*Maximum Retail Price*) estão apresentados em reais e são preços estimados apenas aplicáveis para o momento da consulta (dezembro de 2025) e apenas relacionados ao cenário e modelo de licenciamento mencionado. Esses valores podem ser ainda ajustados pelo Revendedor Autorizado da Microsoft, que pode considerar fatores adicionais, como impostos sobre vendas e outros encargos. A pesquisa de preços irá determinar o valor final associado à contratação, que será apresentada nos itens da contratação do Termo de Referência.

## 15. Justificativa econômica da escolha da solução

15.1. A presente contratação visa atender às demandas do Ministério da Justiça e Segurança Pública relacionadas a soluções de segurança, produtividade e colaboração que são necessárias na execução das tarefas e rotinas diárias dos servidores e colaboradores do órgão, bem como da equipe de sustentação de infraestrutura de TIC.

15.2. A solução escolhida leva em consideração o ambiente atual do MJSP que já possui subscrição de licenças do fornecedor Microsoft para os serviços de produtividade básica e segurança da informação básico, iguais às contidas no cenário escolhido. Dessa forma, levando em consideração a padronização do ambiente, a redução significativa de custos oriundos de capacitações provenientes de uma possível mudança de ferramenta, a escolha dessa solução se mostrou mais aderente à nossa realidade.

15.3. Ainda há de ser analisado o custo oculto relacionado diretamente à familiaridade dos usuários com a solução, ou seja, pessoas “se acostumam” ou “se familiarizam” com determinados padrões de utilização existentes em algumas soluções, e embora a mudança seja possível, ela normalmente não é simples ou rápida, e enquanto durar o processo de readaptação dos servidores do MJSP, haverá uma perda de produtividade de difícil mensuração.

15.4. Neste sentido, vale destacar que várias das funcionalidades mais importantes são utilizadas amplamente pelos usuários, ou seja, já estão estabelecidas no mercado e dispensam novas configurações e treinamentos, sendo, em sua maioria, transparentes para os usuários e de uso corriqueiro. Representando logo de início menores custos de implementação, migração, alteração, treinamento, dentre outros, e ainda, por não envolverem outras soluções de contorno, possivelmente menores custos com o suporte no longo prazo.

- 15.5. No tocante à modalidade de licenciamento pretendida, esta provê ao Ministério da Justiça e Segurança Pública a possibilidade de utilização de todos os benefícios do *Enterprise Agreement Subscription*, (programa de licenciamento por volume criado para clientes corporativos com 250 ou mais Estações de Trabalho), porém de uma forma mais flexível. A organização paga por demanda, utilizando os produtos de software como um aluguel. Este serviço fornece licenciamento por meio de contrato baseado em uma assinatura. Neste contrato é feito o pagamento do “aluguel” anualmente e de acordo com a utilização das licenças. Todos os benefícios de *Software Assurance* serão válidos durante a vigência do contrato, podendo ser renovado no ano subsequente.
- 15.6. O Microsoft *Software Assurance* é uma oferta de manutenção que ajuda a organização a aproveitar todas as vantagens dos produtos de software da Microsoft através de diversos benefícios. Do planejamento da implementação, passando pelo treinamento da equipe e suporte de produtos até as atualizações de software. O *Software Assurance* ajuda a aumentar a produtividade do trabalho e acelerar o desempenho organizacional. Os benefícios do referido software ajudam a oferecer suporte na medida do planejamento, implementação, utilização, manutenção e transição para outras soluções de software.
- 15.7. Para a consecução das atividades finalísticas e administrativas do MJSP, os servidores utilizam em grande escala da suíte de escritório Microsoft 365 para criação dos documentos, planilhas, apresentações e comunicação, que possibilitam a realização de suas atividades. A adoção de outra suíte envolveria uma curva de aprendizado até a socialização com a nova suíte, gerando uma redução dos níveis de produtividade, aumento dos investimentos em treinamentos, e por fim, gerando impactos negativos do ponto de vista da economicidade. O fato de que essas ferramentas são utilizadas em larga escala nas atividades do dia a dia pelos usuários; além dos custos envolvidos com treinamento, migração, cultura organizacional, legado histórico e configurações de soluções e de equipamentos. Os sistemas desenvolvidos e mantidos pelo MJSP, como também os serviços de mensageria eletrônica, são baseados no software objeto deste estudo. Portanto, a sua permanência preservará o investimento e o aproveitamento dos conhecimentos técnicos e de usuários existentes hoje na organização.
- 15.8. Apesar de recente, importante salientar o ganho de produtividade alcançado com o uso das ferramentas de colaboração utilizadas, como: Teams, SharePoint, Planner, Power BI e outros. O Teams, por exemplo, trouxe ganhos na redução de custos de comunicação, tornando possível reuniões virtuais entre as unidades do MJSP com a participação de vários servidores, além de permitir realização de audiências judiciais de forma remota, utilizando nossa estrutura já existente de comunicação de Rede WAN. Neste sentido, a continuidade de soluções de produtividade, gestão de usuários e dispositivos e de segurança da informação avançados, justificam a evoluções a serem aplicadas no parque de ferramentas existentes no órgão.
- 15.9. A descontinuidade na padronização de nosso ambiente poderia implicar na aquisição e/ou instalação de softwares diversos para prover as mesmas funcionalidades, sem mencionar a dificuldade de integração entre eles, necessidade de treinamentos diversos e o reflexo até mesmo na contratação de mais profissionais especializados em cada ferramenta para prover o mesmo nível de serviço. As ferramentas Microsoft são integradas e de fácil administração, requerendo um número menor de técnicos para manter o ambiente. Outro ponto a ser destacado diz respeito ao suporte técnico do fabricante e atualizações constantes dos componentes da solução, o que traz segurança e estabilidade ao ambiente computacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- 15.10. A opção pela continuidade dos produtos Microsoft mantém a padronização do ambiente do MJSP. De fato, há precedentes na jurisprudência que apontam para a possibilidade de se observar o princípio da padronização, sem conflitar com a vedação da preferência de marca, a exemplo do Acórdão-TCU nº 1521/2003, do Plenário, o qual pondera que “a *indicação de marca na especificação de produtos de informática pode ser aceita frente ao princípio da padronização previsto no art. 15, I, da Lei 8.666 /93, desde que a decisão administrativa que venha a identificar o produto pela sua marca seja circunstanciadamente motivada e demonstre ser essa a opção, em termos técnicos e econômicos, mais vantajosa para a administração*”. A nova lei de licitações nº 14.133/21 manteve as hipóteses em que é possível a indicação de marcas (art. 41, § 4º), incorporando em parte, entendimento da jurisprudência do TCU.
- 15.11. Em relação à unificação dos processos de contratações complementares frente ao modelo atual unificado, a vantajosidade econômica está associada à substituição da aquisição isolada de licenças especializadas por uma composição integrada mais favorável à Administração, tendo em vista que o combo de licenças se apresenta materialmente com menor preço e mais recursos. Se a oferta de preço do **step-up para o M365 E7** é inferior à soma dos valores que seriam despendidos com as contratações isoladas, mantendo as necessidades do órgão inalteradas, resta caracterizado o novo arranjo ser mais econômico para atendimento do mesmo conjunto material de necessidades.
- 15.12. As licenças de **step-up do E3 para o E7** incorporam funcionalidades antes pretendidas em processos distintos, com menor preço do que a contratação fracionada de licenças equivalentes. Assim, a Administração deixa de adquirir individualmente componentes de segurança, conformidade e produtividade avançados que passaram a compor um pacote único mais econômico, preservando contratação apartada apenas para o item que mantém especificidade funcional própria, no caso **Microsoft Teams Premium**.
- 15.13. Esse raciocínio é compatível com a lógica de economicidade em contratações públicas, pois a comparação juridicamente relevante não se limita ao preço unitário de cada licença, mas ao **custo global da solução apta a satisfazer a necessidade administrativa**. Nessa perspectiva, a unificação contratual evita duplicidades, reduz dispersão orçamentária e melhora a relação custo-benefício do licenciamento corporativo.
- 15.14. Dessa forma, objetivou-se neste estudo firmar entendimento sobre a estrita necessidade, do ponto de vista técnico e econômico, de evolução das soluções já em uso no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

## 16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1. Espera-se alcançar os seguintes benefícios com a presente contratação:

- a) Manter a operacionalidade dos serviços deste Ministério (continuidade ininterrupta do negócio);
- b) Promover inovações, uso eficiente de recursos e alinhamento com as melhores práticas internacionais;
- c) Manter o suporte aos negócios do MJSP por meio do aumento de capacidade da Tecnologia da Informação no atendimento e execução das solicitações das áreas de negócios do MJSP;
- d) Melhoria da qualidade dos serviços prestados pela STI aos servidores, colaboradores e estagiários do órgão, com adoção das melhores práticas de mercado incorporadas a solução tecnológica que se pretende adquirir;
- e) Realizar a atualização tecnológica dos softwares de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- f) Melhoria da segurança e proteção de dados, com recursos avançados de segurança e privacidade fornecidos pela plataforma;
- g) Dispor de tecnologias que melhoram a produtividade, tornam o processo de colaboração mais eficaz, permitem maior flexibilidade, garantem a mobilidade de seus usuários, mantêm altos índices de disponibilidade e trazem maior confiabilidade dos serviços prestados;
- h) Fazer uso de soluções escaláveis, seguras e confiáveis;
- i) Ampliar as capacidades analítica e preditiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- j) Possuir capacidade de expansão da infraestrutura computacional em caso de demandas urgentes ou sazonais;
- k) Manter a qualidade dos serviços prestados aos usuários e a conformidade dos recursos tecnológicos;
- l) Possuir ambiente computacional com plataforma como serviço;
- m) Mitigar riscos de vazamento de informações, considerando cada vez mais o modelo híbrido de trabalho dos usuários;
- n) Aprimorar a governança da solução de proteção de forma padronizada e com melhor integração à infraestrutura de TIC do MJSP;
- o) Estender a proteção contra-ataques cibernéticos a dados salvos em nuvem pública;
- p) Flexibilidade de pagamento com base no número de usuários, permitindo uma melhor previsibilidade de custos e evitando gastos excessivos com licenças desnecessárias;
- q) Continuidade na melhoria do nível de segurança, integridade e consistência de dados e informações manipulados e armazenados no ambiente do MJSP; e
- r) Continuidade na elevação de maior governança, confiabilidade e escalabilidade aos serviços de TIC providos pela STI.

## 17. Providências a serem Adotadas

### 17.1. Providências necessárias antes da celebração do contrato

17.1.1. Para esta contratação, não há medidas adicionais a serem tomadas pela administração antes da celebração do contrato. Não é necessária a capacitação de servidores ou empregados para a fiscalização e gestão contratual, nem ajustes no ambiente da organização, uma vez que a infraestrutura atual já está preparada para receber e operar a solução contratada.

17.1.2. Providências decorrentes desta contratação:

Tipo de Adequação	Descrição
Infraestrutura Tecnológica	O ambiente de TIC do Ministério já se encontra em condições adequadas para receber a solução requisitada.
Infraestrutura Elétrica	Não se aplica.
Logística	Não se aplica.
Espaço físico	Não se aplica.

Mobiliário	Não se aplica.
Outros	Não se aplica.
Acompanhamento Contratação	Acompanhar o andamento da execução do Licenciamento Microsoft (SEI nº 08006.000780/2024-25), uma vez que existe um relacionamento da solução proposta naquela contratação para algumas das licenças a serem contratadas neste processo, por se tratarem de licenças, com dependência do licenciamento M365 base. Recomenda-se a contratação na virada contratual para o casamento das vigências de ambos os contratos.

17.2. Providências necessárias após a celebração do contrato

17.2.1. Recurso Material

17.2.1.1. A CONTRATADA será responsável por prover todas as subscrições solicitadas na Ordem de Serviço para a perfeita execução do contrato.

17.2.2. Recursos Humanos

17.2.2.1. O acompanhamento e a fiscalização desta contratação serão de responsabilidade da Coordenação-Geral de Infraestrutura, Suporte e Operações de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGISO em conjunto com a Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGL (Integrante Administrativo), cabendo a estes registrar e documentar todas as ocorrências verificadas durante a execução da contratação, gerando Relatórios de Acompanhamento Contratual e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos, observados conforme § 1º, art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

17.2.2.2. A comunicação entre a Gestão e/ou Fiscalização Contratual e a CONTRATADA será por meio escrito, sempre que se entender necessário o registro da ocorrência relacionada com a execução da contratação. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido pelo gestor do contrato, que será auxiliado pelos fiscais técnicos, requisitante e administrativo, na forma da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

18.1.1 O presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, elaborado pelos integrantes TÉCNICO e REQUISITANTE em harmonia com o disposto no art. 11 da Instrução Normativa nº 94/2022/SGD/ME, considerando a análise das alternativas de atendimento das necessidades elencadas pela área requisitante e os demais aspectos normativos, conclui pela VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO – uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade. Em complemento, os requisitos listados atendem adequadamente às demandas formuladas, os custos previstos são compatíveis e os riscos identificados são administráveis, pelo que RECOMENDAMOS o prosseguimento da pretensão.

18.1.2 A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria de Pessoal SAA/SE/MJSP Nº 26/2026 (SEI nº 35398419). Registramos, ainda, que foram observados os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP (art. 8º, §2, da IN SGD /ME nº 94/2022). Essa solução deve ter uma garantia integral de 12 meses para atender às necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

18.1.3 Diante do exposto, a equipe de planejamento declara ser viável a contratação da solução pretendida.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RODRIGO ALBERNAZ BEZERRA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 12:03:52.

**VALNEI BATISTA SANTOS FILHO**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 12:26:28.*

**SOLANGE BERTO DE MEDEIROS**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 18:26:20.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Termo de Recebimento Definitivo Nov25.pdf (654.16 KB)
- Anexo II - Anexo II - Planilha Volumetria Contratacao.pdf (318.04 KB)
- Anexo III - Anexo III - Catalogo\_Padronizado\_Microsoft\_5.0.pdf (454.78 KB)
- Anexo IV - Anexo IV - MJSP Contratação Adicional-2026.pdf (41.25 KB)